

# ***ENTRE MACONDO E NÓS***

*uma coletânea de escritos sobre a investigação que  
pretende ser algo mais do que apenas científica*



***Carlos Rodrigues Brandão***

*No nos sorprenda que allí, en esse mundo rústico, elemental o anfibio (el del hombre caimán y el hombre hicotea) que há atraído a los antropólogos, se haya configurado también el complejo literário del Macondo, hoy de reconocimiento universal.*

*Científicos e intelectuales del norte y del sur convergieron así creadoramente con novelistas y poetas para abrir surcos nuevos de comprensión del cosmos y retar versiones facilistas y parciales del conocimiento que provienen de la rutina acadêmica.*

*Los macondos, junto com los bosques brujos de los yaquis, las selvas de los mundurucu y los rios-anaconda de los tupis son símbolos de la problemática tercermundista y de la esperanza euroamericana: reúnen lo que queremos preservar y lo que ansiamos renovar. Retan lo que cada uno cree que piensa de si mismo y de su entorno. En fin, lo macondiano universal combate, com sentimiento y corazon, el monopolío arrogante de la interpretación de la realidade que há querido hacer la ciência cartesiana.*

*Orlando Fals-Borda*

*Ciencia própria y colonialismo intelectual - los nuevos rumbos - pag. 158*

## *Índice*

**0.**

***O que este livro e de onde ele vem***

**1.**

***Diante de um outro cheio de perguntas***

**2.**

***de um olhar ao outro***

***do pensar sobre o outro ao pensar com o outro***

**3.**

***Aplicada, solidária, participante***

**4.**

***Sobre um encontro chamado pesquisa***

***Livros lidos, consultados e sugeridos***

**0.*****O que é este livro e de onde ele vem***

Trago memórias do eu vivi e logrei realizar, ora a sós, ora com alguns, ora com muito. Elas me vêm das duas faces, ou duas vocações de minhas vivências nestes longos últimos anos. Um destas faces é a da academia. Ela envolve a minha vida como professor e como pesquisador de universidades no Brasil, desde um já distante um agosto de 1967. A outra face vem de vivências anteriores a 1967, e recorda algumas práticas de acompanhamento direto ou indireto de ações entre a cultura e a educação, realizadas por diferentes tipos de movimentos sociais. Há tempos na vida de quem escreve, leciona e participa de ações sociais, em que se fala sobre os outros através de um eu, ou de um nós. Mas vem a seguir um tempo em que se escreve também sobre um eu, ou um nós, através dos outros.

Assim sendo, meus depoimentos neste livro oscilam entre o antropólogo do mundo universitário e o educador popular que até agora não encontrou outro nome para o que pratica e sobre o que escreve, desde pelo menos o começo dos anos sessenta, a “década que não acabou”. Devo lembrar que em meu caso, o envolvimento com a militância estudantil e social através do “movimento estudantil”, através de meu “engajamento” na *Juventude Universitária Católica*, desde um março de 1961 e, depois, a partir de meu envolvimento com a cultura popular e, através dela, com a educação popular, a partir de meu vínculo com o *Movimento de Educação de Base*, antecede de onze anos o tempo em que academicamente comecei a me converter em um antropólogo, por meio de um mestrado na *Universidade de Brasília*, quando já era então um professor de universidades. Hoje, nos encontros entre militantes da educação de que participo ainda – e até quando – no Brasil e pelo Mundo afora, costumo ser cada vez mais apresentado como uma rara espécie de testemunha ocular da história.

Afinal, quando boa parte de vocês que lerão o todo ou partes deste livro eu já era um professor, um pai de dois filhos. um “militante das causas populares” e um escritor de ideias que aprendi (sigo aprendendo), com os outros.

Quero falar de algumas ausências no que praticamos quando agimos como educadores e pesquisadores. Quero falar de alguns desconhecimentos, ou de certos des-reconhecimentos. Falo, portanto, sobre estranhos silêncios que povoam boa parte do que habita em nossas ideias e práticas. Falo a respeito do que tenho ao mesmo tempo vivido e experimentado. Assim, bem à diferença de outros

escritos de diversos autores latino-americanos e também meus, sobre nosso tema, este meu escrito não detalha uma experiência única, nem uma sequência uniforme e convergente de experiências. E ele também não pensa alguma questão teórica ou metodológica essencial.

Recordo de início fatos mais e menos conhecidos. Coordenei dois livros sobre a pesquisa participante<sup>1</sup>. Participei com Danilo Streck da edição bem mais um outro livro coletivo sobre a pesquisa participante<sup>2</sup>. Logrei publicar aqui ou ali alguns artigos em outros livros ou revistas. Participei de um inesquecível debate sobre a pesquisa participante com Orlando Fals Borda. As perguntas a nós dirigidas por pessoas do Instituto del Hombre, de Montevideu saíram publicadas em um pequeno livro jamais traduzido para o Português. Recordo um memorável encontro latino-americano, realizado em Pátzcuaro, no México, em 1982. Éramos então jovens aprendizes, junto a pessoas como Paulo, Orlando e algumas outras, e nos reunimos na sede do CREFAL, onde eu havia estudado educação de adultos em 1966<sup>3</sup>. Tempos pioneiros e a felicidade de havermos aprendido boa parte do que praticamos com pessoas como Orlando Fals-Borda (e sua equipe de educadores-investigadores, na Colômbia), Paulo Freire (antes, durante e depois de seu longo exílio), Anton de Schutter (um holandês que virou mexicano), Pablo Latappi, Marcela Gajardo e tantas e tantos outros.

De outra parte, como vários e várias dentre nós aqui, orientei estudantes pós-graduados que a custo lograram me convencer – ou não – que mesmo servindo com prioridade às suas carreiras à academia suas pesquisas seriam substantivamente... participantes. Participei de um exagerado número de bancas exame de dissertações e teses cujos autores buscavam no item dedicado à metodologia a provar que suas abordagens interativas, metodológicas e, em alguns casos, até mesmo políticas, seriam alguma modalidade de uma pesquisa participante.

Devo dizer que faz anos que convivo, entre a solidão dos estudos, os diálogos de sala de aulas, e alguns momentos de trabalho com agentes diretos ou indiretos de ações sociais de vocação popular e minhas próprias experiências de pesquisas de campo, com três modalidades do que, na falta de um nome

---

<sup>1</sup> Eles são *Pesquisa Participante*, de 1981 (um livro pioneiro, em Português) e *Repensando a pesquisa participante*, de 1983, dois livros coletivos, inclusive com a contribuição de Orlando Fals-Borda e de Paulo Freire. Ambos foram publicados pela Editora Brasiliense, de São Paulo, e conheceram várias edições.

<sup>2</sup> *Pesquisa Participante – o saber da pesquisa*, publicado em 2006 pela Editora Ideias e Letras, de Aparecida, em São Paulo.

<sup>3</sup> De um grande encontro que tomou este nome: *La investigación participativa em Latino América*, saiu um livro coletivo com o mesmo nome do encontro, editado pelo próprio CREFAL, em 1983

mais adequado estarei chamando aqui de: *investigação social*. Penso hoje que ao longo de minha vida de pesquisas, essas três vertentes saídas de uma mesma estrada, dialogaram bastante entre elas. E mais em cenários fora da academia do que entre os de dentro dela. Cada uma em seu momento, cada uma com sua vocação e cada uma para a sua finalidade, elas ora apenas se tocam, sem conflitos graves, ora até se complementam fecundando umas às outras.

Devo chamar – talvez mais metafórica do que cientificamente - a primeira variante de: *pesquisa solitária*. Seu praticante não único, mas por certo o mais visível hoje em dia, é entre nós, o antropólogo. Quem leia o primeiro capítulo do célebre *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, haverá de encontrar ali uma de suas mais pioneiras e completas descrições.

A segunda modalidade de pesquisas em que me vejo envolvido desde muitos anos, eu a vejo também sendo praticada por inúmeros outros investigadores desde a universidade. Na verdade, me alegra saber que em tempos de um crescendo colonizador de um individualismo produtivista em nossas universidades, por toda a parte surgem e se multiplicam equipes corporadas de pesquisas, envolvendo de professores a estudantes de graduação. Mas ainda os “pesquisados”.

Trocando da primeira modalidade apenas uma letra da segunda palavra, quero chamá-la aqui de *pesquisa solidária*. O nome não é propriamente acadêmico e, pelo menos em meu caso, tanto o nome quanto a prática do que ele sugere vieram de experiências vividas junto a movimentos sociais.

As diferenças entre as duas serão talvez pequena a um primeiro olhar. A distância da qualidade de interações e relacionamentos é, no entanto, ampla e substantiva. Nesta segunda modalidade a elaboração de um projeto, o trabalho de campo, os momentos de estudos teóricos, assim como boa parte das tomadas de decisão para a realização da pesquisa, desdobram sequências de trocas realizadas dentro de e através de uma equipe de pesquisadores. Nos casos que vivi nas três últimas universidades públicas em que trabalhei, tendo como foco unificador de um eixo comum, o trabalho corporado se faz de tal modo que participante da equipe responde por um projeto pessoal, em diálogo com uma proposta coletiva de busca e criação de saberes através da pesquisa de campo.

Desde os meus últimos anos como docente e pesquisador da *Universidade Estadual de Campinas*, entre 1993 e 1997, e desde os anos seguintes em que sigo trabalhando como professor e pesquisador visitante junto à *Universidade Estadual de Montes Claros*, e junto à *Universidade Federal de Uberlândia*, todas as minhas experiências de investigações antropológicas de campo têm sido realizadas como um entre outros integrantes de equipes que envolveram, e

seguem envolvendo estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além de outros professores.

A partir de uma problemática e de um amplo território geo-cultural que nos seja comum, cada participante da equipe realiza um trabalho pessoal do começo ao final da pesquisa solidária. A equipe define, projeta, coloca ao redor da mesa, dialoga e realiza a sua pesquisa de campo como um momento de um projeto coletivo. Desde a definição e a elaboração de uma proposta, até a escrita de um relatório de síntese final - e até onde este procedimento é possível dentro de "cenários acadêmicos" - todas as ações que configuram uma pesquisa científica são convvidos entre todos os participantes. E, tanto quando possível, todas as hierarquias acadêmicas são deixadas de lado.

Ao longo de períodos que variam de um mínimo de dois anos e um máximo de quase quatro, sucessivas reuniões envolviam: a) a apresentação e a troca solidária de ideias a respeito do todo do projeto e do andamento de cada pesquisa pessoal; b) as leituras e os estudos que coletivizam o esforço de cada integrante em aprofundar os seus conhecimentos; c) a tomada de decisões que implicam procedimentos individuais e coletivos durante o acontecer da pesquisa; d) a realização de trabalhos concretos de campo; e) a apresentação e a avaliação coletiva (e, não raro, orientada por um dos professores participantes) dos relatórios pessoais; f) a elaboração de um relatório final de síntese de todo o projeto. Apenas esta última atividade é realizada por mim. E, quando pronto o relatório de síntese, ele é enviado para a apreciação dos outros integrantes da equipe.

Finalmente, uma última modalidade de pesquisas com que estive/estou envolvido é a que mais importa aqui. Devo, no entanto, chegar aos territórios múltiplos do que nos acostumamos a chamar *pesquisa participante – investigación-acción-participativa*, em Espanhol - confessando que depois de anos de um intenso envolvimento com a sua prática direta, nos últimos anos tenho estado hoje bem mais ocupado em pensá-la e escrever sobre ela. Dedico-me agora a transmitir em sala-de-aulas, em orientações a estudantes pós-graduandos, ou em minicursos aqui e ali, algumas ideias e práticas vividas e partilhadas. E lamento estar agora mais distanciado de equipes e comunidades envolvidas de forma direta e ativa na prática de algum a modalidade do eu chamarei aqui de *pesquisa participante*. Afinal, estou a caminho dos 80 anos de idade.

Escrevi aqui e ali, entre artigos e capítulos de livros, que para além de sutis e não raro defensivas oposições teóricas e/ou metodológicas em nome de alguma modalidade ou vertente de pesquisa social, o que em sua dimensão mais humana e interativa distingue uma tendência das outras, tem a ver mais com modos e graus de mútua confiança, e com a qualidade da interação entre Eu e um Outro, do

que com puro princípios, preceitos e procedimentos metodológicos rigidamente científicos, ou restritamente militantes.

Fossem todos os de nossos campos de estudos ardorosos defensores de um fundamentalismo científicista de estilo neopositivista, e a antropologia, a história, e outras ciências do humano, da cultura e da sociedade, não teriam podido se constituir e desenvolver ao ponto em que chegamos em todas elas, e através de todas elas.

Gosto de pensar que no fundo o que separa de fato abordagens quantitativas e rigidamente controladas e/ou “neutras” das abordagens diversificadamente qualitativas, é que nas primeiras Eu desconfio de mim-mesmo e do Outro. E por isto eu me armo não apenas de instrumentos “objetivos”, mas de procedimentos e relações regidas pela formalidade impessoal, para que eu mesmo me proteja de minha perigosa subjetividade. Claro, isto não vale para todos os casos, e quero fazer justiça a procedimentos de pesquisa que não apenas reclamam, mas quase que somente podem se valer de métodos e técnicas que têm na estatística e em questionários pré-testados, os seus melhores meios de “coleta de dados. Acontece que no mundo das pesquisas que lidam com o imponderável da pessoa humana, nem tudo são... casos.

De outra parte, a experiência da vocação qualitativa me obriga – aquém e além dos métodos e das técnicas de pesquisa – a confiar em mim mesmo.

Em sua prática, Eu não sou e nem me assumo como um alguém que para ser objetivo necessita ser “controlado”. Posso afinal ser Eu-mesmo, E é a partir desta “interativa personalidade” que Eu me relaciono com os meus “objetos de pesquisa”, convertidos em “sujeitos de diálogos na e através da pesquisa”.

Posso falar livremente com a pessoa do Outro e posso ouvi-lo com liberdade. Posso “me tocar” e conviver com pessoas, famílias, grupos corporados, comunidades, compartilhando com eles e elas mais do que apenas os seus “dados” ou, para além deles, os seus “discursos”. Uma experiência antes neutra e ilusoriamente impessoal transforma-se na relação entre duas pessoas que, através de quem são e do com expressam o seu próprio ser, podem intertrocar saberes e vivências.

A *pesquisa participante* me obriga a um difícil salto para além. Em termos bem atuais, de alguma maneira, se nas variantes anteriores eu, pesquisador, estou situado em “um lugar”, que a minha teoria estabelece e que a minha metodologia de põe em ação, a pesquisa participante obriga-me a me situar em um “entre-lugares”. Pois se o passo dado entre o quantitativo e o qualitativo ainda me desloca de um lugar a outro no interior do quintal da academia, o salto entre o



qualitativo e o participante me atira para além dela. Mesmo que de algum modo depois eu retorne a ela.

Repito, a diferença entre a neutralidade positivista e a interatividade antropológica, o que me transporta da confiança no método e nos instrumentos de pesquisa para a confiança em mim-mesmo como instrumento humanizado da minha pesquisa. Ora, a *pesquisa participante* tem a sua objetiva substância na extensão de um ato primário de uma confiança. Agora, eu que antes confiava em mim-mesmo diante do Outro, agora me obrigo a confiar no Outro diante de mim. E não mais como um fiel e confiável doador de si-mesmo para mim, entre dados, discursos, histórias e memórias, mas como um coparticipante da criação solidária de saberes.

Assim, em um ousado passo mais além, a *pesquisa participante* me obriga a passar de uma gratificante epistemologia do puro saber (que tipo de saber estou produzindo? Com base em que teoria? Através de que procedimentos metodológicos?) para um neo-pragmatismo que apenas se justifica porque, agora, antes de uma investigação do social servir a mim, ou ao mundo acadêmico de minha origem e destino, ela serve com prioridade ao sujeito-Outro e ao mundo de vida desde onde ele se dispõe a me aceitar como parceiro de uma pesquisa que, no limite, é “participante” não porque homens e mulheres do povo participam adjetivamente dela, mas porque ela, a pesquisa, participa substantivamente de suas vidas, de seus dilemas, de suas lutas.

Sobretudo no diálogo entre a *pesquisa solitária* (a da observação participante a sós na comunidade), a *pesquisa solidária* (a da observação participante em situações de equipe com múltiplas vivências em diversas comunidades) e a *pesquisa participante*, vivi e vivo agora diversas, fecundas e desafiadoras experiências de investigação como antropólogo e como educador popular. E a interação entre as três modalidades desenhadas aqui, penso que ao mesmo tempo em que se fertilizam mutuamente, me livram de vir a ser um cientista social e um educador “de modelo único”.

Assim, como um resumo antecipado do que trouxe para este nosso encontro, devo dizer que boa parte do que poderão parecer críticas aos modos como vejo ao meu redor como alguma modalidade de *pesquisa participante*, representa apenas um encontro e um diálogo de confrontos entre a *observação participante* do antropólogo e a *pesquisa participante* do educador popular.

Devo confessar que muito do que critico aqui poderia ser aplicado a mim mesmo. Isto porque boa parte do que defendo aqui como a substância da interação entre pessoas ou coletivos envolvidos uma atividade de mútua construção de saberes, chamado pesquisa, nunca foi de forma plena e fecunda alcançada por mim. Espero que chegue lá, algum dia.

*Rosa dos Ventos – Caldas – Sul de Minas Gerais*

*Outono de 2108*

*Carlos Rodrigues Brandão*

**1.*****Diante de um outro cheio de perguntas***

O Acontecimento mais importante em uma relação de pesquisa é também o mais secreto, o mais silenciado, o menos confessado, posto às claras. Ele é uma espécie de acordo entre duas ou mais de duas pessoas situadas em uma ou em outra margem do fluir de uma pesquisa. E qual é este acordo não dito, mas rigorosamente observado de um lado e do outro? Ele pode ser enunciado do lado de quem realiza a pesquisa (quem a pensou, quem a projetou, quem a leva a realizar-se, quem pergunta e espera respostas, quem a partir dos seus “dados” deverá escrever, produzir divulgar, publicar algo: um relatório, um artigo, um livro ou o que seja) da seguinte maneira:

“você que está diante de mim e responde às perguntas que eu faço (eu um inventário, um questionário, uma entrevista aberta ou fechada, etc.) ou que age, atua, realiza uma performance diante de mim que o observo, registro, fotografo, gravo, etc., você jamais conhecerá na íntegra o resultado do trabalho e pesquisa de que participa como meu objeto de, ou mesmo sujeito de minha pesquisa. E, se acaso, vier a ter algum acesso aos meus “resultados”, não os compreenderá, pois tratarei de transformar o que vi, registrei, gravei em uma linguagem para ser compreendida por meus pares e para ser incompreendida por você e os seus. E justamente o segredo de meu trabalho será transformar algo de sua cultura e compreensão em algo de minha cultura e compreensão, incompreensíveis por você mesmo quando possivelmente acessados. Eu simplesmente não posso e não devo realizar algo que, sendo uma pesquisa científica a partir de você, venha a ser algo que você, tal como é, sabe, pensa e vive agora, possa conhecer, compreender e interpretar”.

Do outro lado do acontecer da pesquisa, aquele que se dispôs a atuar, representar ou simplesmente responder a perguntas estabelecerá em silêncio: Entre meus atos e minhas falas diante de você ou para você poderei “passar”, ou deverei transmitir apenas fragmentos do que sou, de como penso, de como ajo em cada situação, ou, no plural, de como somos, os de meu mundo, minha comunidade, minha cultura, como cremos, como pensamos, como agimos, como atuamos diante desta ou daquela situação. Você me perguntará fragmentos e eu responderei com gestos e/ou falas de fragmentos. Ou porque não alcanço a totalidade do que você deseja, ou simplesmente porque não é nem possível, nem

junto ou razoável que eu transmita a você algum “todo de mim” ou “de nós”, estenderei a você apenas parcelas médias, pequenas ou mínimas de nossos saberes, sentidos, significados, sensibilidades, sociabilidades. Pensando desvendar nossos segredos você está apenas tocando uma parte pequenina deles. E será apenas sob a condição de jamais traduzir para você tudo o que é a gramática de nós e nossas vidas, que eu posso dialogar com você, dar-me a ver e responder às suas perguntas.

Muitas coisas hoje em dia me causam espanto nisso a que damos o estranho nome de “vida intelectual”, sobretudo quando os seus cenários são os da academia, os da universidade ou de centros de estudos semelhantes. Uma delas me espanta mais ainda: a maneira grosseira e arbitrária como as pessoas e os seus pensamentos são incluídos ou excluídos dos textos e das falas. Paulo Freire, tão presente aqui entre nós nestes dias, é simples e arbitrariamente riscado de departamentos, de seminários e de livros. Não é que os que não comungam com as suas ideias ou não gostem dele o convoquem ao texto para fazerem ali a sua crítica. Ele é silenciado. É apagado. Não se menciona nem o seu pensamento e nem a sua existência. Nós também, leitores e herdeiros de Paulo, fazemos isto. E procedemos assim muitas vezes. Também no exercício do diálogo com outros procedemos por um semelhante processo de inclusões e exclusões. Acreditamos mesmo que somente poderemos estabelecer uma conversação proveitosa com quem lemos e a quem ouvimos na medida em que nos restringimos a círculos de outros próximos, entre os semelhantes e os cúmplices de ideias e de propostas com quem nos acostumamos a gerar pequenas confrarias, umas de longa vida, outras efêmeras, como boa parte das ideias que afinal defendemos.

Penso em uma reversão bastante grande deste estado de coisas do pensamento e das ideias. A respeito delas temos uma difundida compreensão possessiva, e a expressão “as minhas ideias” costuma traduzir mais uma posse do que “eu tenho dentro de mim e é meu, minha propriedade intelectual”, do que mais algo que eu partilho com outros e que, por isso mesmo, é algo compreensível, tem sentido e também algum valor.

Em algum dos seus escritos Martin Heidegger diz mais ou menos isto: “compreendemos algo quando fazemos parte do que é compreendido”. Quero pensar alto esta frase simples e sábia, de diferentes maneiras próximas. Por exemplo: compreendemos quando nossos pensamentos fazem parte do que é compreendido; compreendemos algo quando passamos a fazer parte do círculo dos que compreendem aqui; compreendemos quando participamos do círculo onde circula o compreendido; compreendemos quando podemos passar a partilhar a construção de uma compreensão; compreendemos quando partilhamos com

outros um círculo de busca de uma compreensão.

Centrar o diálogo na busca do diferente e até mesmo do divergente. Buscar os significados daquilo que por poder ser multiplamente compreendido, pode justamente ser dialogado. Buscar convergências de sentidos e de saberes diversos onde havia antes a ilusão de alguma verdade que, por se pretender absoluta e definitiva, é também não-partilhável. Ouvi de um amigo a seguinte ideia de Santo Agostinho: a verdade não é minha e nem sua, para que possa ser sua e minha.

Há toda uma maratona de livros a respeito de metodologia do diálogo e das relações terapêuticas e didáticas centradas-no-outro. Mas não bem disto que eu falo aqui. Falo de um aprendizado do reconhecer que em uma grande medida convivemos com as “nossas ideias” como se elas valessem por serem as “minhas ideias”. Um individualismo doentio invadiu de tal maneira os meios em que nos relacionamos em busca de saberes e de sentidos de vida, que em alguns momentos tudo parece ser um debate cujo único proveito é a defesa de pontos de vista e a demonstração da excelência de um pensamento original. Bem sabemos o valor destes embates, acadêmicos ou não. No entanto o empobrecimento deles e de nossa vida de pensamento não está neles, mas na passagem deles, de momentos de encontros de pessoas através de suas ideias, em busca de algo bom, belo e verdadeiro que possa ser partilhado diferencialmente (mas não desigualmente) por todas, para confrontos entre ideias através de pessoas. Confrontos onde uma vez mais a lógica da guerra ou a da competição do mundo dos negócios tendem a tornar-se o ponto de referência.

Penso que ao lado das teorias e descobertas a respeito dos infinitos alcances da mente humana, associados à abertura incomensurável a que nos desafiam os paradigmas emergentes, holísticos, não-dualistas, integrativos e transdisciplinares, deveriam corresponder a não apenas uma nova ética, mas a novas sensibilidades a respeito da responsabilidade que partilhamos enquanto criadores de saberes e de sentidos de vida e de destino.

A mesma coisa que os cientistas e epistemólogos descobrem e dizem a respeito da urgência de novas intercomunicações entre os campos do saber; a respeito da complexidade da mente e do conhecimento a respeito de qualquer plano da realidade – da arquitetura dos sentimentos de uma criança à arquitetura dos movimentos do universo –; a respeito da urgência de novas ousadas interações entre os diferentes saberes, reintegrando as artes, as espiritualidades, as filosofias nos cenários dos cientistas; a respeito, finalmente da relatividade de todo o que há e se pensa e da fragilidade e do efêmero de nossas construções teóricas sobre tudo e qualquer coisa, deveria valer também para nós mesmos, tomados em nossa individualidade e na dimensão das pequenas comunidades de

pensamento e de trabalho criativo em que nos reunimos.

Todo o saber que é nosso apenas passa por nós por um momento. E, francamente, a excelência de “meu último texto” nunca deveria ser medida por algum ilusório e passageiro lugar de destaque no mundo das produções científicas. Ela deveria ser pensada em termos do possível bem que venha a fazer a alguém. Em termos puramente intelectuais, criei boas ideias em um texto se elas ajudam outras pessoas a irem além do que pensei, depois de me haverem lido. Como um professor procuro pensar sempre que não me realizo quando escrevo as palavras que os outros não conseguem pensar ... e às vezes compreender. Ao contrário, devo viver as minhas aulas e criar os meus escritos para que os meus alunos e outras pessoas aprendam comigo, por um momento, a irem entre elas além de mim. Infeliz de quem nunca quer ser superado, pois eu sou superado quando participei do que facultou a outras pessoas o levarem a experiência da vida humana para um pouco mais a frente do lugar onde eu e minha geração conseguimos chegar.

Ao nos situarmos equidistantes de todas as tantas dimensões através das quais sentimos, pensamos e criamos algo em comum, aprendemos a ver o saber de nossas ciências como uma fonte de conhecimentos entre outras. Nem a única confiável e nem sequer a melhor ou a mais definitiva. A mim me espanta que entre nós, antropólogos, possamos por anos e anos praticar as várias escolhas teóricas e empíricas de nossas escolhas sem nunca lermos trabalhos de psicólogos sociais.

Do mesmo modo como precisei esperar quase quarenta anos depois de formado em Psicologia para vir a saber que dentro dela existe algo chamado: Psicologia da Libertação. Que o reconhecimento de nossos mútuos desconhecimentos pelo menos nos ajude a compreender que o que pensamos é indispensável, mesmo quando seja desconhecido. E também que, se tantos outros saberes nos são desconhecidos, é porque talvez estejamos encerrados demais no que já conhecemos.

Por outro lado, por antiquada e romântica que esta proposta possa parecer em tempos em que valores empresariais e utilitários crescem em seu poder de domínio sobre nossas cabeças, acho que, por isso mesmo, devemos repensar o lugar de origem e de destino dos saberes que criamos em nossas comunidades aprendentes e que colocamos à volta da mesa em encontros como este. Ainda penso que devemos aprender e ensinar as matemáticas não para formar contadores e financistas, mas como um preparo da mente para o exercício da filosofia. E ainda creio que devemos aprender gramática não para “falar e escrever bem” apenas, mas para aprendermos a nos maravilhar com a poesia escrita em

tantas línguas, ao longo de todos os tempos.

O diálogo se perde onde o saber é instrumental e a sua avaliação tende ser cada vez mais utilitária. Pois em nome do que é útil e apenas isto, na se deve perder muito tempo em buscar consensos onde antes existem divergências. Mas quando o valor do saber está centrado no sentido da pessoa e na busca de infinitas alternativas de compreensão (nunca de apenas solução) dos mistérios e dilemas da experiência humana, então as divergências se tornam diferenças e os consensos sabem que nunca irão esgota-las ou transforma-las em sínteses proveitosas.

E a mesma coisa que as etnociências desvelam a respeito da pluralidade de concepções outras a respeito de tudo, provenientes de outras culturas, poderia ser aplicada também ao caso de cada pessoa. Cada ser à nossa frente não é apenas a pessoa do rosto de um Outro. Ela é, também, uma fonte original de saber. Ela carrega dentro de si e procura dizer entre palavras e gestos o saber de suas próprias vivências. E esta qualidade de conhecimentos, de memórias e de sensibilidades não pode ser nem medida e nem avaliada. No seu sentido mais simplório e também no mais profundo, ela é única e verdadeira. Posto diante de mim, o rosto vivo de um outro qualquer revela um saber menos formalmente importante do que o de Sócrates. Mas quando este alguém me diz o que sabe, as suas palavras não são, ali, nem menos sábias e nem menos verdadeiras. Porque são suas, e porque um rosto que olha o meu me diz o que a sua pessoa fala. Penso que esta certeza é o fundamento do diálogo. E não ter tempo para ouvir quem me fala, porque aparentemente não me parece alguém “digno de nota”, para ouvir apenas aqueles a quem me disponho a ler, talvez seja o gesto do esquecimento das melhores lições que eu poderia aprender.

De um outro destes escritos de agenda, sem citações precisas, anotei uma ideia de uma pessoa a respeito de quem também não sei quase nada. O que Schlegel escreveu é isto.

*A razão é uma e em todos é a mesma; entretanto cada pessoa possui a sua própria natureza e o seu próprio amor, do mesmo modo como também trás dentro de si a sua própria poesia.*

Diante de um outro, o seu rosto, a sua dor. A imagem de um outro, uma pessoa. Mesmo sem a dor e o sofrimento, o que é estar colocado frente a um outro, e passar por ele com a indiferença moderada de quem sabe que precisa estar informado, sem necessariamente estar envolvido. Que o *outro*, distante ou

próximo, por um momento venha a mim sem estar comigo, e sem me obrigar a outros gestos além destes: ver, perceber, saber, compreender, estar informado.

Bem mais do que o noticiário e do que a revista, a pesquisa abarca e dramatiza este dilema. De algum modo podemos imaginar que boa parte do que ela é, e boa parte do que fazemos ao vivê-la, tem a ver com a maneira como aprendemos a lidar com este dilema. Em algumas situações e com fundamentos situados em boas ideias, a investigação científica pode esquecer que, mesmo entre pessoas, ela é apenas uma sequência prevista de atos técnicos conduzidos por uma teoria sobre algo, e levada com critério e rigor a um teste empírico.

Sim. Mas de algum tempo para cá e com o desenvolvimento de alternativas de investigação científica que mais do que qualitativas (o teor e valor dos dados), são interativas (a qualidade da relação que gera o dado) e francamente *intersubjetivas* (reciprocidades entre pessoas-sujeitos postas em relação), começamos a aprender que a pesquisa não é uma *experiência*, a não ser quando muito redutiva e muito objetivamente experimental. Ela é. Ante de mais nada, um *acontecimento*.

Vou pesquisar algo junto a alguém. Tenho uma teoria (um ponto de partida); tenho um objetivo (um ponto de chegada); tenho um método (um caminho entre uma coisa e a outra). Mas eles me trouxeram “aqui”. E agora estou aqui e estou diante de alguém: um *Outro* e, comigo, um *Nós*. Diante *dele*, ou diante de *Você*. Estou (estamos) ali (aqui), situados de um lado e do outro de meus propósitos, do meu tempo disponível, de minhas perguntas, meu roteiro de entrevistas, meu questionário, meu gravador minha máquina de fotografias, de minha filmadora, até. Por um momento, regido pelo dever de fazer algo produtivo com “isso tudo”, eu me iludo ao pensar que o *acontecimento* da pesquisa começa quando eu sair “daqui”. Quando longe de você a quem eu lancei minhas perguntas, entrevistei, gravei e fotografei, e me despedi, eu volto a um lugar de origem e ordeno os meus dados (a alquimia antes da mágica) e, depois, escrevo o meu texto (a mágica depois da alquimia).

Mas não. Pois a verdade pode estar no exato inverso. Antes e depois, quando estou de novo sozinho e estudo, planejo, revejo, ordeno e escrevo, talvez esteja então vivendo a sequência prevista dos momentos da pesquisa como uma *experiência*. Mas diante de um *outro*, quem quer que ele seja, eu só posso estar vivendo um *acontecimento*. Aqui e agora a minha pesquisa é, por um momento que seja, nossa. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós dois, entre você e eu, *acontece* como um *encontro*.

Tudo mais antecede ou sucede este momento único em que duas pessoas se olham, se falam, se sentem e se pensam, e imaginam que se entendem,



intertrocando entre elas gestos do rosto, do corpo e do espírito. E de um lado e do outro do que torna uma pesquisa viável e confiável, elas trocam entre palavras e silêncios, os seus seres, sentidos, sensibilidades, saberes e significados. Isto que à vezes reduzimos à categoria de “dados”. Mais ou menos como os turistas que vão munidos de máquinas digitais a um lugar único. E ali estão por dez minutos. E fotografam como quem só sabe ver através da máquina. E voltam dali com centenas de micro-imagens ávidas da tela de um computador. E retornam à casa sem haverem parado com vagar uma vez para viverem a aventura do ver com os próprios olhos. Ver, simplesmente, por um breve momento mágico a maravilha da cena que se abre ali, real, “ao vivo e a cores” diante de seus olhos.

Toda a pesquisa quando envolve de um lado uma pessoa e, do outro, não uma pedra ou um animal, mas uma outra pessoa, enfrenta o dilema de transformar um *encontro* em uma *experiência*, ao invés de transformar um *encontro* em uma *relação*. Entre duas pessoas genuínas que não se querem encontrar como personagens de cenas escritas por outros para eles representarem um diante do outro, o único *encontro* realmente humano em sua plenitude é a *relação*. É a interação entre dois seres em que o outro não possui utilidade alguma para mim, na mesma medida em que em nada sou útil ou proveitoso para ele, a não ser na condição de sermos, em nós mesmos e um para o outro, apenas a pessoa que somos e que fazemos interagir com uma outra pessoa.

Em termos absolutos – porque depois deveremos descer ao que pode ser relativo entre eles – o oposto da *relação* em uma situação de *encontro* entre pessoas, não é propriamente o domínio ou a coação, mas a *experiência*. Pois eu deixo de me relacionar livre e intersubjetivamente com um *outro* de algum modo colocado diante de mim, quando o experimento, quando o experiencio. Quando eu o testo – e a mim mesmo - para saber, segundo os meus interesses, qual o teor de utilidade dele para comigo, logo, para mim, em meu proveito. Mesmo que de alguma maneira este proveito próprio seja estendido também a ele. Não é apenas porque o domino e por um momento defino o seu destino que eu o transformo em um objeto-para-mim, ao invés de conviver com ele como um sujeito-sem-si-mesmo, em uma interação intersubjetiva, uma *relação* entre dois sujeitos livres um para o outro. Eu lido com um sujeito tornado para mim um meu-objeto quando de algum modo estabeleço como fundamento de nosso *encontro* uma utilidade dele e nele, para mim.

Toda a pesquisa envolve uma ou mais experiências, pois o que justifica a pesquisa é o seu proveito. É o teor demonstrável de sua utilidade. Boa parte do que escrevemos em um *projeto de pesquisa* destina-se a demonstrar que partimos de ideias plausíveis, confiáveis e, se possível, inovadoras em alguma medida.

Outra boa parte destina-se a demonstrar que não apenas partimos de “boas ideias”, mas estamos preparados para realiza-las como alguma forma de prática, através de uma também confiável metodologia. E uma outra boa parte destina-se a demonstrar que, além de tudo (ou no começo de tudo), o que pretendemos realizar, construir ou descobrir é também útil. E a importância crescente que os órgãos de fomento à pesquisa e os seus avaliadores têm atribuído à “aplicabilidade” e à “utilidade” de uma pesquisa ajuda a tornar evidente o domínio do valor instrumental sobre qualquer outra coisa.

Toda a pesquisa aspira a ser útil, mesmo aquela que um poeta realiza antes de começar a escrever o seu novo livro de poemas. Mesmo a “pesquisa pura” de algum modo sonha ser também “aplicada”. Toda a investigação científica deve servir a algo, deve ser útil. Deve tornar-se objeto de proveito: da ciência, ou de uma ciência; de uma teoria científica (com ou contra as “outras”.); de uma escola ou confraria de cientistas (vide Bourdieu e Kuhn, entre outros); de um par de pessoas chamado eu-e-meu-orientador; de mim mesmo, quando através dela aumento os meu saber, melhor a qualidade de minhas aulas, ou sou promovido de “mestre” a “doutor”; de uma fábrica de remédios, de uma empresa multinacional interessada em proliferação de armas químicas para a agricultura; de uma microempresa de armas de guerra; de uma organização não governamental devotada a causas ambientalistas; de uma comunidade de pescadores; de um movimento popular; de... E normalmente esses e outros destinatários dos proveitos e das utilidades das pesquisas, das tecnologias e ciências que as abrigam e originam, ora se excluem, ora se contrapõem, ora se somam.

Sabemos que a progressiva passagem nas ciências humanas e sociais, do domínio das abordagens e estilos mais impessoais, objetivos e quantitativos, para os mais interativos, intersubjetivos e qualitativos, tem a ver não apenas com questões teóricas, políticas, técnicas e metodológicas, embora em alguns livros sobre o assunto esta pareçam ser as únicas ou as principais dimensões nas mudanças que ocorreram e seguem acontecendo. Por debaixo de todas elas existe uma questão que é propriamente ética e, mais do que apenas ética, é humanamente afetiva e afetivamente relacional. E sem temor de dúvidas, ela é a mais importante entre todas, e deveria ser aquela em nome da qual todas as outras razões – inclusive as estratégias e as financeiras – seriam pensadas e equacionadas.

A pesquisa *entre-nós* (EU-e-TU), logo, a investigação interativa (entre duas pessoas) e intersubjetiva (entre duas pessoas que se colocam uma para a outra como sujeitos de si mesmos, de suas vidas, suas ideias, memórias e destinos), e eu aqui e ali se disfarça de ser apenas metodologicamente “qualitativa”, devolve a

mim e a você a confiança em nós. Já não são mais os instrumentos neutros e objetivos de uma experiência mensurável, o que se interpõe entre nós, mas somos nós e nossos atributos de ser, viver, sentir e pensar o que temos para viver a busca da *relação* que gera uma outra qualidade de sentidos, saberes e significados. E não porque ela é teórica ou tecnicamente mais aberta e sensível, mas porque ela resulta da dissolução de um par EU-ISSO, que coloca diante um do outro um eu sujeito *versus* um tu ou você tornado um isso, como meu objeto de minha experiência, em um par EU-TU, que se abre a um *encontro* de nós dois, sujeitos um para o outro ao buscarem construir em um momento de uma pesquisa, uma autêntica *relação*. O acontecer de uma *relação* plena ou, pelo menos, a sua maior aproximação possível<sup>4</sup>.

Quando pensamos porque toda a pesquisa realizada em campos como a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a ação social, é sempre limitada e nos oferece somente frações precárias e parciais de conhecimento sobre o que quer que seja (e este “qualquer” quase sempre é uma pessoa, são pessoas, famílias, grupos sociais, sistemas de saberes e de símbolos de vidas pessoais ou sociais), atribuímos a isto razões de novos metodológicas, teóricas, lógicas e epistemológicas. Elas sempre nos ajudam a compreender o teor de nossos próprios limites do pensar e do saber derivados do trabalho científico. E as crescentes novas críticas provenientes dos precursores de paradigmas emergentes no campo das ciências e das práticas sociais, multiplicam a consciência de estamos sempre às voltas com fragmentos de compreensões e interpretações científicas efêmeras e limitadas. Com explicações científicas de campos da realidade que valem apenas em sua vocação de se disporem ao diálogo com outras diversas e divergentes visões. A menos que se seja prepotente ou fundamentalista o bastante para se que apenas por parecerem consistentes e bem fundamentados, as “minhas” (as da confraria do saber à qual aderi por algum tempo ou há muito tempo) são as únicas válidas, ou são as mais acertadas.

Mas podemos agregar a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas próprias falhas e lacunas uma outra. Uma outra explicação que justamente por ser menos científica poderia ser mais explicativa aqui. Ela é de novo humana e relacional, quase ontológica, e outra vez é em Martin Buber que eu me apoio para trazê-la a este momento de nosso diálogo. Não conseguimos apreender mais do que frações parcelares das pessoas, grupos humanos,

---

<sup>4</sup> Idéias aqui expostas em boa medida são inspiradas por Martin Buber, sobretudo através de seu mais conhecido (e discutido) livro: *Eu e Tu*.

comunidades ou culturas que estudamos em parte porque o âmbito em que elas e eles se movem é sempre muito mais amplo do que o círculo de compreensões de nossos modelos e sistemas de explicação. Nunca abarcamos mais do que alguma parte da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma pessoa porque quase nunca conseguimos nos relacionar com ela como uma pessoa. Aquele a quem estendemos apenas o interesse de nosso saber pelo saber dele, e a quem, por mais respeitosos e pessoais que sejamos, sempre de algum modo objetivamos em nome de nossos proveitos e interesses, não nos pode oferecer mais do que a sua pálida e fracionada face de objeto. Todo o ser de uma *experiência* sujeito-objeto, que não alcança ser ou que se nega a ser uma *relação* entre subjetividades, apenas pode revelar, entre um e outro no acontecer da pesquisa, e entre quem “conduziu a pesquisa” e quem será depois convidado a ser um seu interlocutor, mais do que fragmentos e exterioridades. Relatos transformados em relatórios, onde palavras como: “produto”, “produtos esperados”, “resultado obtidos”, objetivamente revelam a submissão do trabalho científico ao ideário do utilitário dos negócios e de seus proveitos. Você já reparou como verbos tais como: “criar”, “descobrir”, “inventar”, “interpretar”, “dialogar”, e outros de igual teor vão sendo substituídos por equivalentes como: “produzir”, “desconstruir”, “inventariar”, “sistematizar”, “debater”?

Pois de uma *experiência* em que me aproprio de um Outro segundo os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter a imagem devolvida por um outro a mim mesmo, e em que acabo vendo e lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que ele volta a mim, como a me dizer que isso é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se na difícil transparência única do olhar de um outro. Eis o dilema: entre EU e um outro, um TU, é tudo ou nada. E não se trata apenas de perguntar pragmática, política e eticamente a quem se destina o proveito do produto de uma pesquisa. Trata-se de perguntar ética e afetivamente como deve acontecer o momento humano único em que de um, lado e do outro pessoas vivem o processo da pesquisa.

*Que experiência pode-se então ter do TU?  
Nenhuma, pois não se pode experienciá-lo.  
O que então se sabe a respeito do TU?  
Somente tudo, pois, não se sabe, a seu respeito, a nada de  
parcial<sup>5</sup>.*

---

<sup>5</sup> Martin Buber, op. cit. página 12.

Mas, apesar de assim ser, daqui em diante tudo o que estivermos dialogando tem a ver com o desafio de vivermos a criação de saberes confiáveis, proveitosos e solidários através de situações de pesquisa que o tempo todo estejam procurando o equilíbrio possível entre a *experiência* necessária ao avanço do conhecimento científico e a *relação* indispensável a torná-lo não apenas algo útil e confiável como um produto do saber (não raro a serviço de algum poder) mas alguma coisa humanamente significativa e proveitosa, como uma criação do espírito humano e de sua capacidade – sempre precária, mas sempre aperfeiçoável - de compartilhar e partilhar tudo o que ele cria através da relação generosa e gratuita entre sujeitos, em lugar de apropriar-se e privatizar o que ele produz através de experiências em que você precisa ser tornado um meu objeto, para que eu possa saber algo a seu respeito.

As ideias tomadas até aqui são de propósito radicais e segui-las ao pé da letra talvez torne inviável o próprio trabalho do pesquisar. Tomei a questão do *relacionamento interativo* na criação de conhecimentos e o acontecer do *encontro*, entre os polos “buberianos” da *relação* ou da *experiência* entre pessoas como o seu maior desafio. Também muito a propósito e de uma maneira que poderá a muitos ter parecido descabida, quis começar convocando pedra e animais a que viessem nos dizer, mas pela voz de interlocutores humanos os mais respeitáveis no mundo das ciências, como até nas conexões entre nós e elas (pedras) e eles (animais) questões de reciprocidades e de respeitos até pouco tempo atrás impensáveis, hoje em dia tornam-se não só nada descabidas, como até mesmo o anúncio do que há de vir a nós, dentro de fora do mundo das ciências de agora em diante.

No âmbito da pesquisa humana e social vários caminhos têm sido buscados ontem e hoje. Aquilo a que aprendi a emprestar o nome amplo e vago de *pesquisa participante* é apenas um entre outros. Um entre tantos e somente válido como um caminho que antes de chegar ao seu destino (se é que isto existe), atravessa outros e converge com outros.

### ***Da experiência ao encontro***

Retornemos alguns passos. Em algumas situações e com fundamentos situados muitas vezes em boas ideias, a investigação científica pode pensar-se como algo que mesmo quando vivido entre pessoas, é apenas uma sequência prevista e rigorosa de atos técnicos, conduzidos por uma teoria sobre algo, e levada com critério e rigor a um teste empírico.

De algum tempo para cá, presenciamos o surgimento e a multiplicação de alternativas de investigação científica que são *qualitativas*, devido ao teor e o valor dos dados, e são *iterativas*, devido à qualidade da relação que gera os dados. E elas desejam ser francamente *intersubjetivas*, devido às reciprocidades entre pessoas-sujeitos colocadas face-e-face em relação. E assim, recorro, começamos a aprender que a pesquisa não é uma *experiência*, a não ser quando muito redutiva e muito objetivamente experimental. Ela é, antes de tudo, o *acontecimento* de um *encontro*.

Vou investigar algo junto a alguém. Tenho uma teoria (um ponto de partida); possuo um objetivo (um ponto de chegada); estabeleço um método (um caminho entre uma coisa e a outra). Mas tudo “isso” me trouxe “aqui”. E agora estou aqui e diante de alguém: um Outro que cria comigo, um Nós, um entre-Nós. Diante *dele* estou “aqui”. Estamos situados de um lado e do outro de meus propósitos, do meu tempo disponível, de minhas perguntas, de meu roteiro de entrevistas, de meu questionário, de meu gravador, de minha máquina de fotografias, de minha filmadora, até. Algo que na diferença entre as investigações científicas tradicionais e as diferentes pesquisas com diferentes vocações de envolvimento, compromisso, participação, aspira pluralizar pronomes e intensões, e tornar o “meu”, um “nosso”.

Por um momento, regido pelo dever de fazer algo produtivo com “isso tudo”, eu me iludo ao pensar que o *acontecimento* da pesquisa começa quando eu sair “daqui”. Quando, concluída a pesquisa, eu ordeno e guardo os meus “dados e fatos da pesquisa”, e volto ao meu mundo. Quando longe dos outros a quem eu lancei as minhas perguntas, entrevistei, gravei e fotografei, e me despedi, eu retorno a um lugar de origem e trabalho os meus dados (a alquimia antes da mágica) e, depois, escrevo o meu texto (a mágica depois da alquimia).

Mas não. Pois a verdade pode estar no exato oposto. Antes e depois, quando estou de novo sozinho e estudo, planejo, revejo, ordeno e escrevo, talvez esteja então vivendo a sequência prevista dos momentos da pesquisa como uma *experiência*. Mas diante de um Outro, quem quer que ele seja, eu só posso estar vivendo um *acontecimento*. Aqui e agora a minha pesquisa é, por um momento que seja, *nossa*. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós dois, entre você e eu, aqui acontece um *encontro*.

Tudo mais antecede ou sucede este momento único em que duas pessoas se olham, se falam, se sentem e se pensam. E, diante uma da outra, pessoas em relação imaginam que se entendem, intertrocando entre elas gestos do rosto, do corpo e do espírito. E de um lado e do outro do que pode ser uma pesquisa viável e confiável, elas reciprocamente intertrocam os seus seres, sentidos,

sensibilidades, saberes e significados, entre palavras e silêncios. Isto que à vezes reduzimos à categoria de “dados”.

Toda a pesquisa, quando envolve de um lado uma pessoa e, do outro, não uma pedra ou um animal, mas uma outra pessoa, enfrenta o dilema de transformar um *encontro* em uma *experiência*, ao invés de transformar uma *experiência* em *encontro*, e um *encontro* em uma *relação*.

Entre duas pessoas genuínas que não se querem encontrar como personagens de cenas escritas por outros, para eles representarem um diante do outro, o único *encontro* realmente humano em sua plenitude é a *relação*. É a interação entre dois seres em que, nas felizes situações extremas, o Outro não possui utilidade alguma para mim, na mesma medida em que em nada sou útil ou proveitoso para ele, a não ser na condição de sermos, em nós mesmos e um para o outro, apenas a pessoa que somos, e os atores do que entre nós fazemos interagir diante de um “outro a meu lado”.

Em termos absolutos o oposto da *relação* em uma situação de *encontro* entre pessoas, não é propriamente o domínio ou a coação, mas a *experiência*. Pois nela eu deixo de me relacionar livre e intersubjetivamente com um outro, de algum modo colocado diante de mim, quando eu o experimento, quando o experiencio. Quando eu o testo – e a mim mesmo - para saber, segundo os meus interesses, qual o teor de utilidade dele para comigo; logo, para mim e em meu proveito. Mesmo que este proveito próprio seja estendido também a ele.

Não é apenas porque o domino e por um momento defino o seu destino, que eu o transformo em um objeto-para-mim, ao invés de conviver com ele como um sujeito-sem-si-mesmo, em uma interação intersubjetiva, com o desenho de uma relação entre dois sujeitos livres um para o outro. Eu lido com um sujeito tornado para mim um meu-objeto quando de algum modo estabeleço como fundamento de nosso encontro uma utilidade dele e nele, para mim.

Toda a pesquisa envolve uma ou mais experiências, pois o que justifica a pesquisa é o seu proveito, e é o teor demonstrável de sua utilidade. Boa parte do que escrevemos em um projeto de pesquisa destina-se a demonstrar que partimos de ideias plausíveis, confiáveis e, se possível, inovadoras em alguma medida. Outra boa parte destina-se a demonstrar que não apenas partimos de “boas ideias”, mas estamos preparados para realizá-las como alguma forma de prática, através de uma também confiável metodologia. E uma outra boa parte destina-se a demonstrar que, além de tudo (ou no começo de tudo), o que pretendemos realizar, construir ou descobrir é também útil. A importância crescente que os órgãos de fomento à pesquisa e os seus avaliadores têm atribuído à “aplicabilidade” e à “utilidade” de uma pesquisa ajuda a tornar evidente o domínio

do valor instrumental sobre qualquer outra coisa. E bem sabemos que por baixo do pano, uma fração não desprezível de toda a investigação científica de nosso tempo é dirigida – muitas vezes às ocultas – mais produção de agrotóxicos e armas do que à criação de reais benefícios para pessoas, comunidades humanas e o próprio Planeta Terra.

Assim, de um modo ou de outros toda a pesquisa aspira a ser útil, e mesmo a “pesquisa pura” em alguma medida sonha ser também “aplicada”. Toda a investigação científica deve servir a algo; deve ser útil. Deve tornar-se objeto de proveito da ciência, ou de uma ciência; de uma teoria científica (com ou contra as outras); de uma escola ou confraria de cientistas; de um par de pessoas chamado eu-e-meu-orientador; de mim mesmo, quando através dela aumento o meu saber, melho a qualidade de minhas aulas, ou sou promovido de “mestre” a “doutor”.

Em suas diferentes vocações, investigações científicas aspiram servir a uma fábrica de remédios, a uma empresa multinacional interessada em proliferação de armas químicas para a agricultura; a uma multinacional fabricante de armas de guerra; a uma organização não-governamental devotada a causas ambientalistas; a uma comunidade de pescadores artesanais; à criação de uma nova educação; a um movimento popular, etc. E normalmente esses e outros destinatários dos proveitos e das utilidades das pesquisas, das tecnologias e ciências que as abrigam e originam, ora se excluem, ora se contrapõem, ora se somam.

Sabemos que a progressiva passagem nas ciências humanas e sociais do domínio das abordagens e estilos mais impessoais, objetivos e quantitativos, para os mais interativos, intersubjetivos e qualitativos, tem a ver não apenas com questões teóricas, políticas, técnicas e metodológicas.

Por debaixo de qualquer vocação de pesquisa existe uma questão que é propriamente ética e, mais do que apenas ética, é humanamente afetiva e afetivamente relacional. E por certo ela é a mais importante entre todas, e deveria ser aquela em nome da qual todas as outras razões – inclusive as estratégias e as financeiras – deveriam ser pensadas e equacionadas.

Seu ponto mais extremo em termos do que quero chamar aqui “uma humanização personalizante da pesquisa, é o que estarei denominando de *investigação entre-nós*. Uma modalidade de pesquisa vivida como um encontro interativo, pois ela acontece entre duas pessoas; e intersubjetivo, pois ocorre através de duas pessoas que se colocam uma para a outra como sujeitos de si-mesmos, de suas vidas, de suas ideias, de e de seus destinos. E o que aqui e ali se disfarça de ser apenas metodologicamente “qualitativa”, devolve a mim e a você a confiança em nós. Já não são mais os instrumentos neutros e objetivos de uma experiência mensurável, o que se interpõe entre nós, mas somos nós e os nossos



atributos de ser, de viver, de sentir e de pensar, aquilo que temos para vivermos a busca da *relação* que gera uma outra qualidade de sentidos, de saberes e de significados.

Quando pensamos porque toda a pesquisa realizada em campos como a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a ação social, é sempre limitada e nos oferece apenas frações precárias e parciais de conhecimento sobre o que quer que seja (e este “qualquer” quase sempre é uma pessoa, são pessoas, famílias, grupos sociais, sistemas de saberes e de símbolos de vidas pessoais ou sociais), atribuímos a isto razões de novos metodológicas, teóricas, lógicas e epistemológicas.

Elas nos ajudam a desvelar e compreender o teor de nossos próprios limites do pensar e do saber derivados do trabalho científico. E as crescentes novas críticas provenientes dos precursores de paradigmas emergentes no campo das ciências e das práticas sociais, tornam evidente a consciência de que estamos sempre às voltas com fragmentos de com compreensões e interpretações científicas efêmeras e limitadas. E, no entanto, deveríamos estar dirigidos a buscar e gerar interpretações científicas entre campos da realidade que cabem apenas em sua vocação, destinadas a se abrirem e disporem ao diálogo com outras diversas e divergentes visões.

A menos que alguém seja muito prepotente ou fundamentalista o bastante para que apenas sejam reconhecidas como consistentes e fundamentadas as “minhas descobertas”, ou as da confraria do saber à qual aderi por algum ou muito tempo, todo o trabalho em busca não tanto de verdades únicas, mas de descobertas em diálogo, tende a partir do suposto de que tudo o que realizo vale como algo aberto a ser compreendido de várias e até divergentes maneiras.

Ora, podemos agregar a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas próprias falhas e lacunas uma outra compreensão. E por ela ser justamente a menos científica, poderia ser mais explicativa aqui. Ela é de novo humana e relacional. É quase ontológica, e outra vez é em Martin Buber que eu me apoio para trazê-la a este momento de nosso diálogo. Tenho procurado desenvolver aqui a ideia de que em tudo o que praticamos como uma investigação científica não logramos apreender mais do que frações parcelares a respeito das pessoas, dos grupos humanos, das comunidades ou das culturas que estudamos. Vimos já que em boa parte isto se deve ao fato de que o âmbito em que elas se movem é sempre muito mais amplo do que o círculo de compreensões de nossos modelos e sistemas de explicação.

Nunca abarcamos mais do que alguma parte da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma

pessoa, porque quase nunca conseguimos nos relacionar com ela como uma pessoa. Aquele a quem estendemos apenas o interesse de nosso saber pelo saber dele, e a quem, por mais respeitosos e pessoais que sejamos, sempre de algum modo é funcionalmente objetivado por nós em nome de nossos proveitos e interesses.

E além de ele – como sujeito individual ou coletivo – não saber por si-mesmo tudo o que desejamos que ele saiba, para nós sabermos através dele, o que encontramos diante de nós é um alguém de um modo ou de outro envolvido de suas boas razões em uma posição de defesa diante de nós. Se você reluta em abrir-se a uma pessoa que se aproxima com perguntas em nome de algum motivo que é mais dela do que seu, imagine como deveria ser colocara a pessoa “de uma outra cultura”, de uma outra sociedade, de uma outra classe social, etc. diante de você.

Por motivos epistemológicos, relacionais, afetivos, culturais, aquela pessoa que eu investigo não pode me ofertar mais do que a sua pálida e fracionada face de “objeto”. Recordo que em antropologia costumamos dizer que um “informante” nos oferece narrativas de narrativas de narrativas... que em nosso trabalho de transcrição, transformamos em juma outra qualidade de narrativa entre narrativas, como lembrei linhas acima. Mesmo que ao informe que afinal redigimos demos nome de “artigo científico” ou de “uma tese”.

Todo o ser de uma *experiência* sujeito-objeto, que não alcança ser ou que se nega a ser uma *relação* entre subjetividades, apenas pode revelar acontecer da pesquisa, mais do que alguns fragmentos e exterioridades desigualmente vividos e pensados entre quem conduziu a pesquisa e quem foi convidado ou convocado a ser um seu interlocutor.

Pois de uma *experiência* em que Eu me aproprio de um Outro segundo os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter uma pálida e desconfiada imagem devolvida por um Outro a mim mesmo. Uma imagem movida entre gestos e palavras. Um código de um consenso entre nós, que quando eu transformo, através da alquimia de meus sistemas de pensamento, em um “saber sobre o Outro, que os meus pares devem compreender e que o Outro diante de mim não deverá compreender. Um relato de relatos, como fragmentos e exterioridades, em que acabo vendo e lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que o meu “outro pesquisado” volta a mim, como a me dizer que isso é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se na difícil transparência única do olhar de um Outro.

Eis o dilema: em sua dimensão mais assumidamente radical, entre Eu e um Outro, tudo se passa em termos de tudo ou nada. E não se trata apenas de perguntar, pragmática, política e eticamente, a quem se destina o proveito do

produto de uma pesquisa. Trata-se de perguntar, ética e afetivamente, como deve acontecer o momento humano único em que de um lado e do outro algumas pessoas vivem o processo de uma relação humana chamada “pesquisa”.

No entanto, apesar de assim ser, tudo o que estivermos dialogando tem a ver com o desafio de vivermos a criação de saberes confiáveis, proveitosos e solidários através de situações de pesquisa que o tempo todo almejam estar procurando o equilíbrio possível entre a *experiência* necessária ao avanço do conhecimento científico, e a *relação* indispensável a torná-lo não apenas algo útil e confiável como um produto do saber, mas alguma coisa humanamente significativa e proveitosa, como uma criação do espírito humano e de sua capacidade – sempre precária, mas sempre aperfeiçoável - de compartilhar tudo o que ele cria através da relação generosa e gratuita entre sujeitos lado a lado, mesmo quando em posições ora diferentes, ora desiguais. Uma ação de partilha da criação de saberes, em lugar de ser um apropriar-se e privatizar o que o Outro cria e imperfeitamente me oferta através de experiências em que alguém precisa ser tornado um meu objeto, para que eu possa saber algo a seu respeito.

As ideias tomadas até aqui são de propósito radicais, e segui-las ao pé da letra talvez torne inviável o próprio trabalho do pesquisar. Tomei a questão do relacionamento interativo na criação de conhecimentos e o acontecer do *encontro*, entre os polos da *relação* ou da *experiência* entre pessoas como o seu maior desafio.

No âmbito da pesquisa humana e social vários caminhos têm sido buscados ontem e hoje. Aquilo a que aprendi a emprestar o nome amplo e vago de *pesquisa participante* é apenas um entre outros. Um entre tantos, e somente válido como um caminho que antes de chegar ao seu destino (se é que isto existe), atravessa outros, partilha entre outros e converge à difícil criação de saberes que entre diálogos lado a lado deixam de ser “meus” ou “deles”, para serem “nossos”.

### ***De uma pesquisa de que eles participam a uma pesquisa que participa com e para eles***

Em suas diferentes modalidades e ao longo de sua breve história – sobretudo na América Latina – a investigação-ação-participativa busca estabelecer uma interação Eu-Outro através da qual este Outro-que-não-Eu participe do todo ou de momentos do acontecer da pesquisa, entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita. E através da qual tanto o processo quanto o “produto” da pesquisa sejam partilhadamente processados, produzidos, dados-a-ver (a ler) e

compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da vivência de culturas de cada um.

Nas diferentes modalidades de pesquisas acadêmicas – mesmo as mais qualitativa e interativas – o acontecer do diálogo é quase sempre uma estratégia, uma atitude derivada de uma metodologia de pesquisa, realizada através de observação participante, de questionários (sobretudo os mais “abertos”, de entrevistas (“abertas ou fechadas”), de narrativas de histórias de vida, de escuta atenta de “memória social”, destinada a fazer de um outro um sujeito performático, um informante, um narrador, um confidente-para-mim e não – ou parcial e raramente – para ele-mesmo. Ele age e eu vejo, percebo e registro. Ele me oferta a sua narrativa e eu a transformo em uma minha-narrativa. Isto é, em um discurso-outro, que agrega valor acadêmico e científico justamente por causa desta alquimia em que o saber de quem é a fonte de meu saber torna-se traduzível e compreensível pelos meus outros – os que me lerão e, em nossos termos, dialogarão comigo, e não mais pelo *outro*, o autor de uma sua-narrativa que eu transformei em minha. Mesmo quando o meu texto final está carregado de passagens de suas “falas naturais”, que em meu texto somente ganham valor quando a seguir reinterpretadas por mim.

Na investigação-ação-participativa, entre diferentes variantes de finalidades, abordagens e destinações, supõe-se que o acontecer do diálogo, como uma inter-troca entre sujeitos diferentes-igualados é fundador da relação que se estabelece. Em princípio não se utiliza o diálogo como uma metodologia ou uma prática objetiva de trabalho de pesquisa. Vive-se uma relação dialógica como princípio gerador da relação entre *eu-e-o-outro* autores, atores e emissores de saberes diferentes, mas não desiguais. O *outro* não sabe menos do que eu; sabe diferente. Sendo o princípio fundador da relação, o diálogo entre diferentes-igualados é também o guia do processo do acontecer da relação de pesquisa e é ainda a sua destinação final. Eu não dialogo com um *outro* para “extrair” dele os seus saberes, os seus sentidos de vida, os seus significados de mundo, as suas sensibilidades e as suas sociabilidades (suas formas de habitar os seus mundos, compartilhar sua vida social e criar formas de um existir coletivo) destinados a se tornarem uma narrativa científica minha. Eu estabeleço um diálogo como inter-troca de saberes diversos e equivalentes como valor em suas diferenças, para partilhar com ele, em um primeiro momento, um com-saber, no interior de um ensinar-aprendendo e aprender-ensinado que extrapola a própria pesquisa (que é sempre e afortunadamente finita) e deve (ou deveria se continuar) em outras relações anteriores, contemporâneas e posteriores à pesquisa.

O processo e o “produto final” (se é que neste caso ele existe) de uma pesquisa participante não resultam de e nem um *para-eles* e nem um *para-mim*. resultam em algo fluido e diferenciadamente partilhável: um *entre-nós*.

Entre as suas muitas diferenças, o propósito de uma investigação científica no campo das “humanas e sociais” é transformar diferentes narrativas em um discurso único (minha escrita, meu artigo, minha dissertação, meu livro, minha tese e, se possível “minha descoberta”). Como já lembrado aqui mais de uma vez, um discurso competente desde o ponto de vista “dos que partilham comigo o meu conhecimento” e tão mais academicamente considerado quanto mais distante do alcance de saberes daquelas/es que aportaram as suas narrativas e/ou performances, como “dados de campo”, para a sua realização. O que se escreve é para ser ouvido, lido e compreendido “pelos meus”, mesmo que entre “eles” estejam aqueles que não compreendam inteiramente, não aceitem em parte ou recusem no seu todo o “meu texto”.

Supõe-se que à exceção de algumas situações diferenciadas e não-usuais, o efeito de uma investigação acadêmica está destinado a de alguma maneira produzir modificações significativas (qualquer que seja a sua dimensão) em meus mundos (minha legitimidade acadêmico-científica, minha carreira, meus pares, minha instituição, minha nação, a minha linha, vertente ou corrente teórica em meu campo de saber, minha sociedade, o “avanço da ciência, o progresso...”). Claro, algumas investigações de teor mais presente-e-crítico poderão estar dirigidas ao embasamento e ao reforço de compreensões só em favor de críticas– mais ou menos abrangentes - de teor político com vistas a transformações sociais de teor político.

Supõe-se que, mesmo quando imperfeita e incompletamente realizada, uma investigação-ação-participativa almeja, com a ativa participação “deles”, realizar alguma dimensão de empoderamento de suas forças, de emancipação diante da colonização de poderes hegemônicos, de transformações, enfim. Transformações descolonizadoras de suas mentes, de seus imaginários (ideologias inclusive), de seus símbolos, saberes, sentidos e significados – preservadas as suas “tradições patrimoniais” – suas vidas pessoais e coletivas, seus destinos, suas comunidades e/ou sociedades abrangentes, suas histórias.

Neste sentido investigações deste tipo têm sido praticadas tanto junto a comunidades bastante tradicionais e não “mobilizadas” segundo os nossos termos, mas nem sempre segundo o “deles”, quanto junto a movimentos sociais populares, frentes de lutas populares, suas organizações locais, regionais ou mesmo nacionais (camponeses, povos da floresta, quilombolas, indígenas), enfim

instâncias de mobilização “desde as bases” de práticas contra-hegemônicas dirigidas algum campo e/ou dimensão de emancipação social.

Fora algumas pessoas, grupos ou mesmo equipes de profissionais científico-acadêmicos inconformado, no amplo campo “normal” das ciências-científicas o que importa em primeiro lugar é lograr “produzir ciência confiável e competente a respeito de nós-mesmos e/ou “deles”. Se sobre nós-mesmos (como, por exemplo: “opções religiosas e representações da vida após morte entre estudantes pós-graduados de medicina em Passo Fundo”) cessada a investigação e divulgados os seus resultados, é provável que vários dos “objetos” ou “sujeitos da pesquisa” tenham acesso a ela e diferenciadamente sejam capazes de compreender a sua retórica.

De outra parte, cessada a interação devida a uma pesquisa de campo junto a “eles, ou “os outros”, quase sempre cessa também a relação interativa com “eles” e o seu mundo e o investigador retorna à plenitude dos relacionamentos “com os meus”. Pode ser que em algum caso haja de parte da pessoa ou da equipe de uma pesquisa junto a “eles”, alguma forma de retorno, como no levar a uma comunidade popular exemplares do artigo escrito. No entanto, fora exceções, esta relação quase sempre é mais cerimonial e simbólica do que efetivamente comunicativa ou mesmo pedagógica.

### ***Quatro dilemas e as suas perguntas***

Escrevo aqui alguns dilemas que vivo pessoalmente entre um pesquisador da antropologia e um praticante da investigação-ação-participante. Supõe-se que de um lado e do outro vivemos dilemas e perguntas que partem de nossas inconformidades. Partem do estranhamento, ou mesmo da consciência do absurdo legitimado de que pesquisas centradas em uma dualidade-polaridade pré-estabelecida não refletem um lapso, uma falta, uma inadequação, um problema humano complexo, mais do que apenas um pequeno dilema metodológico a ser metodologicamente reduzido ou, se possível, superado. Elas estão – por melhores que sejam as suas intensões de origem e derivadas – de uma contradição, ou mesmo de um absurdo de teor humano, relacional, interativo, social.

Alguns investigadores e criadores de narrativas a que damos o nome genérico de “relatório de pesquisa” envolvem-se com perguntas que podemos distribuir em um *dilema epistemológico*, que tem a ver com o conhecimento; um *dilema ético* que tem a ver com valores nas relações entre pessoas; um *dilema estético*, que tem a ver com inevitáveis reduções quando se passa de uma

linguagem a uma outra; um *dilema político*, que tem a ver com a dimensão de poder que existe – e não raro se oculta – em todo o saber.

### *O dilema epistemológico*

Assim como diante de um psicólogo cada pessoa é criadora e senhora única de seus sentimentos, de seus saberes, de seus mistérios e segredos, assim também, e em um plano mais amplo, diversificado e complexo, quando atravessamos fronteiras entre culturas estamos colocados diante do fato de que em profundidade cada cultura é um complexo próprio, complexo e intraduzível, em sua plenitude, por outro qualquer sistema de saberes. Culturas podem dialogar, mas sem nunca reduzirem-se a outras culturas, e sem poderem ser, desde dentro para fora, conhecidas, compreendidas e interpretadas por outros sistemas culturais. A “tua ciência” sabe algo de mim. No entanto mal me conhece e em muito pouco me desvela e compreende.

Esta é uma questão pouco importante quando uma investigação reduz à camada superficial do que pode ser coletado e conhecido através de dados exteriores. Mas é uma questão central quando uma pesquisa mergulha seja na interioridade da vida cotidiana, seja em seus sistemas de ritos, de crenças, de mitos e assim por diante. De uma questão entre a ética entre pessoas e a política entre grupos humanos, há ainda outros dilemas. Pelos mais diversos caminhos, descobrimos que possivelmente as culturas são bem mais intraduzíveis do que imaginamos.

Descobrimos que não devendo ser consideradas como hierarquicamente desiguais, as culturas são e devem permanecer originalmente diferentes. E não apenas em suas diversas superfícies. Diferentes umas das outras porque são criadas, consagradas e partilhadas através de lógicas próprias. E justamente porque não são nem redutíveis umas às outras, elas são dialógicas. É através do que nelas não se transforma na “minha cultura”, na minha teoria, na minha narrativa, em seu todo ou em suas partes, que elas podem dialogar comigo. A não ser como resultado de uma má política que embase uma ilusória pedagogia, culturas outras podem ser ilusória e superficialmente “convertidas”, “civilizadas”, “transformadas”. Sequer os seus autores/atores podem ser “conscientizados” por mim de fora para dentro, de cima para baixo (se é que isso existe) e de um centro para uma periferia (idem). De dentro para fora e de acordo com suas estruturas, lógicas, símbolos, saberes e afetos é que tanto uma pessoa quanto uma comunidade e a sua cultura podem se compreender, se criticar e se transformar.

### *O dilema ético*

As perguntas que a cada dia mais nós nos fazemos é esta: “que direito temos nós de irmos aos outros, investiga-los a partir de nossos parâmetros e interesses, apropriamo-nos de seus saberes, sensibilidades, sentidos, significados, para antes, durante e depois traduzir o que deles nos veio em nossa linguagem, segundo códigos de nossos saberes de ciência, e para os utilizar em nosso proveito pessoal ou coletivo?

O que nos desafia é que tomamos consciência de que não se trata de apenas fazer do “outro a meu lado” um parceiro de estudos e investigações, cujos proveitos e produtos seguem sendo total ou predominantemente meus. Qual o sentido humano em praticarmos algo que mesmo quando “participado por eles” em alguns momentos, ainda é pensado, projetado, processado e interpretado por nós e para nós? Na busca de respostas a este milenar dilema, eis que estamos na fronteira de algo em que nos desafia a converter os sujeitos emissários de uma investigação não mais “sobre” ou “para, mas “com”, também os co-destinatários de tudo o que se projeta, processa e partilha.

E esses “eles” são pessoas, grupos humanos, comunidades, classes, movimentos junto a quem nós nos comprometemos a partilhar ações sociais emancipadoras, a começar pelas que envolvem modalidades de criação partilhada de saberes. Quando saberemos criar saberes de partilha que “eles”, tanto ou melhor do que “nós” saibam ler, conhecer, compreender, interpretar e utilizar em seu proveito o resultado do que, juntos e através de nossas diferenças, vivemos como uma investigação científica?

### *O dilema estético*

Ele poderá a alguns olhares parecer o menos importante. E, no entanto, como os outros, é essencial. Um dos maiores desqualificadores de algumas pesquisas que pretendem “ir a fundo” em algo, é que ao traduzirem, aqui e ali, em um “documento escrito”, momentos do que é vivo, expressivo, dramático, artístico mesmo, o que fazemos é empobrecer de maneira extrema o que vimos e ouvimos. É o que acontece – e eu vivi pessoalmente este “drama” várias vezes – quando nos obrigamos a escrever sobre algo que diante de nós foi dramaticamente vivido com e como poesia, canto, dança, atuações expressivamente performáticas.

Não raro, quando buscamos conhecer algo da “alma do povo”, tratamos de criar procedimentos através dos quais um “velho sábio camponês” é obrigado a traduzir-se aos nossos termos, para fazer-se compreensível para nós. Para nós, bem mais do que para ele. E ele nos obedece e fala. E depois buscando o mais possível “fazer-se como nós”. E então tudo o que obtemos de um sábio indígena,



de um supremo poeta camponês, de uma misteriosa e eficiente parteira de uma comunidade quilombola, de um criador magistral de literatura de cordel, são pálidos fragmentos empobrecidos diante para poderem virar “dados” ou “falas” úteis como respostas a nossas perguntas.

Algumas vezes acreditamos que uma das tarefas mais importantes para quem não apenas “pesquisa do povo”, mas pretende ser um militante envolvido em suas causas, é a de: “dar voz ao povo”. Pode até ser. Mas em dimensões que nos escapam quando partilhamos apenas a capa exterior de suas vidas e culturas, entre indígenas da Amazônia e camponeses de Goiás, há por toda a parte uma criatividade de “vozes”, entre as artes populares, as ciências populares e as ações de resistência e de insurgência populares que apenas ainda não aprendemos a escutar e compreender.

### *O dilema político*

Todo o saber oculta o desvela uma dimensão de poder.

Desde um ponto de vista ético questionamos o nos apropriarmos, em nosso proveito, de algo que nos é revelado por quem sequer conhece os termos e o destino de algo de que participou como uma pesquisa. Para além de um dilema ético há um outro. E ele reside no fato de que em alguma dimensão, o que resultado uma investigação pode devolvido à sua comunidade de origem como um saber apropriado; pode ser devolvido a ela como uma ação derivada e a seu favor; pode ser algo neutro e distante; e pode ser usado contra ela. Praticamente todas as investigações de vocação social de que participei ou a respeito das quais tomei conhecimento, dividiam-se entre o desejo de um serviço direto ao repertório legítimo de saberes de uma ciência, e uma essencial ou derivada vocação de “serviço ao povo”, “à comunidade investigada”, “a um movimento social-popular” e assim por diante.

Em cenários muito presentes, quando as próprias universidades latino-americanas se vêm invadidas de uma colonização mercadológica crescente, a escolha de “de qual lado estou” diante dos estudos que realizo, das aulas que partilho e das pesquisas que coordeno deixa de ser uma opção derivada e adjetiva e passa a ser, ética e politicamente, uma atitude ética e política.

Se tomarmos de empréstimo a Boaventura de Souza Santos uma de suas oposições mais conhecidas, estaremos diante de ações sociais de vocação política (pesquisas científicas entre elas) que ou se dirigem a uma regulação do sistema mundo desigual, opressivo, injusto, colonizador, e ações sociais de vocação política dirigidas à emancipação descolonizadora e humanamente insurgentes frente a e transformadoras do sistema mundo opressivo.

### ***Ao redor da mesa: Quem? Como?***

Tomo aqui o exemplo de encontros, simpósios e congressos de que tenho participado no Brasil e em outros países da América Latina. Passo a passo estamos aprendendo a deixamos de gerar e participar de encontros “entre nós” e “sobre eles”, em reuniões de cientistas, pensadores do social, e de praticantes de políticas de insurgência que, no entanto, se reúnem para falar a respeito “deles” num sempre fechado e excludente circuito de “entre-nós”. Mesas redondas em que quando um líder de comunidade camponesa, quilombola ou indígena é convocado, a ele se destinava a “ponta da mesa” e a última fala. Após os intérpretes credenciados de uma “realidade” a ser pensada para constituir-se como a base de uma ação a ser destinada, ao “outro”, costuma-se dar a palavra para que um camponês, um líder sindical, um xamã indígena, uma mulher quilombola nos ofereça um depoimento de vidas cuja recepção entusiástica de parte de quem depois de pé aplaudia, na maior parte das vezes apenas ocultava a diferença entre o que ao final do “evento” iria para os anais de reflexões e depoimentos, e quem seria lembrado como a face “popular e pitoresca” do que se viveu “ali”.

Vemos que agora não deve e nem pode ser assim. Tanto em reuniões “no mundo deles” quanto naquelas em que os trazemos para “os nossos mundos”, cada vez mais aprendemos a passar de reuniões entre-nós-sobre-eles, para reuniões-entre-nós-e-eles, quando elas profeticamente não chegam a ser reuniões-entre-eles-e-nós, tendentes a serem reuniões-entre-eles-conosco. Vivi e tenho vivido, sobretudo em regiões do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia, no Brasil dos últimos anos, pequenas reuniões e imensos simpósios com uma clara presença ativa e progressivamente igualitária “deles” e “entre-eles-e-nós”. Encontros crescentemente paritários em que representantes dos movimentos populares e das comunidades tradicionais; aquelas sem deixarem de serem, étnica, vocacional e culturalmente “tradicionais”, se assumem agora como comunidades-em-movimento. Os documentos finais ou são a partilha de saberes e projetos entre-nós-e-eles, ou são manifestos deles, com o nosso aval solidário e comprometido.

A esse esperançoso horizonte devemos adicionar o fato de que, de maneira também local, regional, nacional e universal, reconhecemos cada vez mais que “eles”, individual e coletivamente “chegaram para ficar”. Na antropologia praticada no Sul, no Leste, no “mundo periférico”, assim como nas comunidades de índios, camponeses, sertanejos, quilombolas, operários e artesãos, chegam até centros insurgentes de estudo e universidades homens e mulheres que até a pouco

construíam os seus prédios e se iam embora quando eles ficavam prontos. Chegam primeiro aos poucos e com a timidez de quem foi convidado a uma ceia “em casa alheia”. Chegam depois aos bandos, ocupam lugares que dividem conosco a vida e os saberes de uma academia cujos saberes o crescimento de suas presenças haverá de transformar. E nos ensinam quando assumem serem diante de nós os senhores de seus saberes, a partir do que aprendem com os nossos saberes.

E se no começo dedicavam-se timidamente a procurar investigar, compreender e interpretar para eles, entre eles e sobre eles, o que antes vinha “deles-para-nós”, agora juntam-se aos pensadores críticos de “nós-mesmos” e de nossos mundos. E, em um novo, fecundo e inesperado diálogo, eis que nos chegam do campo, das periferias das cidades e da floresta para nos ajudarem a, afinal, pensarmos quem nós somos.

No passado de forma vertical, consagrada e imposta, “civilizado” era um bom qualificador, e “primitivo” ou “selvagem” eram expressões desqualificadoras. Agora as relações simbólicas e identitárias se invertem. Desconfiamos de nós mesmos e tememos as nossas ciências, as nossas pedagogias, os nossos tecnológicos meios de comunicação. E os olhamos como os outros antes ocultos e silenciados sábios de outros saberes junto aos quais talvez devamos nos debruçar para aprender o como passar da competição à cooperação; da agricultura devastadora da monocultura às agroecologias tradicionais e comunitárias; das economias da posse e da ganância às do dom e da partilha. Enfim, de tudo aquilo que desigualava pessoas, oprime povos e devasta o Planeta.

Trago aqui um depoimento pessoal. Ele envolve algo que tenho afortunadamente vivido em sucessivos encontros, simpósios e congressos, não apenas no Brasil, mas em outras nações do continente. Convocado pela Universidade Estadual de Montes, situada no Norte semiárido de Minas Gerais, encontrei-me em um evento que acolhia acadêmicos e ativistas brasileiros e alguns vindos da Europa. E aconteceu que em um evento tradicionalmente acadêmico, em que pessoas entre “graduandas” e “pós-doutoras” se reúnem para falar “entre elas”, sobre “os outros” foram “eles e elas”, mulheres e homens vindos de aldeias indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas, de franjas de barranqueiros-pescadores de beira-rio ou mesmo de praias do litoral do Brasil, que vieram de seus lugares de origem a Montes Claros. E “entre-nós” “elas e eles” tomavam a palavra e nos diziam com rústicas clarezas em suas maneiras próprias de pensar e falar, tudo o que por séculos lhes foi imposto silenciar. Ou foi relevado aos outros apenas por pessoas “ilustradas e eruditas”, como “nós”. Homens e as mulheres “das comunidades tradicionais” não vieram ali nos ouvir, para aprender algo sobre suas

vidas e seus dilemas, através de nossos saberes. Não vieram sequer como os representantes “de nossas culturas tradicionais ou indígenas”, a quem cabe a última fala em algumas mesas redondas. quando se passa do “erudito e acreditável” para o “tradicional e pitoresco”. Vieram nos falar e nos ouvir.

Nos intervalos nem sempre fáceis que separam “quem compreende mas não sente, de quem sente, mas não compreende”, segundo Antônio Gramsci, alguns indígenas Xacriabá e de outras etnias, ao lado de negros quilombolas e camponeses dos sertões e outros cantos do País, vieram dialogar face-a-face conosco. E até mesmo os horários previstos no programa, assim como os tempos de fala dados a cada quem, tiveram que ser alterados. Pois para um índio ou um camponês “dar a palavra” e dizer que a pessoa “tem dez minutos para falar” oscila entre o incompreensível e o ofensivo. Em minha mesa redonda mesmo a moça indígena que me antecedeu pintou de vermelho os nossos rostos, estendeu a nós e a todos as bênçãos da Terra e dos bons espíritos, e nos falou por mais de uma hora e terminando a sua fala entre uma prece, um protesto e um poema.

Vivemos agora a experiência de em um mesmo lugar e em momentos sequentes, estabelecermos um diálogo vivo e nem sempre fácil entre “nós” e “eles”. Desarmados de nossas teorias, entre “dialéticas” e “interpretativas”, e armados de suas duras vidas, “eles” chegam não apenas para serem secundária – e não raro “pitorescamente” ouvidos – mas para nos dizerem que a respeito “deles” é a partir das palavras deles que a essência do que se dialoga deve ser levada em frente.

## 2. **de um olhar ao outro do pensar sobre o outro ao pensar com o outro**

Se me fosse desafiado indicar um livro ou uma narrativa absolutamente exemplar a respeito dos dilemas, descaminhos e desafios que nos últimos anos têm nos obrigado a formular mais perguntas a nós mesmos sobre o que o que andamos pensando e fazendo como investigadores de pessoas, culturas e sociedades, do que a “eles”, a respeito de suas vidas, imaginários, persistências e lutas, eu lembraria não um livro teórico sobre a observação participante dos antropólogos, ou sobre a pesquisa participante de educadores e militantes. Indicaria um livro: **Contos**, de escritor norte-americano Jack London<sup>6</sup>. E dentre todos os contos do livro escolheria um: *Ao sul da fenda*. Escrito muito antes de toda a polêmica pós-moderna sobre ciência e pesquisa chegar, ele parece ter sido escrito como uma antecipação extrema, radical mesmo, do que pensamos, vivemos e problematizamos.

A trama do conto nos leva à cidade de São Francisco, ao tempo da difícil formação dos primeiros sindicatos de operários das fábricas da região. Em uma cidade dividida social e simbolicamente entre um “sul” e o “norte” de uma fenda ao mesmo tempo geológica, geográfica e social, Freddie Drummond é um dos raros homens que transita com frequência de um de seus polos para o outro. Ele é um professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia. É um pesquisador de campo extremamente ativo, e em nome de suas pesquisas com frequência atravessa a “fenda”, passando do lado rico e acadêmico para o pobre e operário como se um habitante fora dos dois lados.

*... e foi nessa qualidade que, transpondo a fenda, viveu seis meses no gueto do trabalho para escrever **O operário não especializado**, obra apreciada por todos e considerada uma importante contribuição para a história do progresso e uma réplica à literatura do descontentamento, no sentido em que representava um exemplo perfeito da ortodoxia, do ponto de vista político e econômico. (página 104).*

---

<sup>6</sup> O livro foi publicado em Português, pela Editora *Expressão Popular*, de São Paulo. Tenho comigo um exemplar da 2ª edição, de 2009.

Sendo um intelectual reconhecido e um rigoroso e persistente pesquisador de campo, Freddie foi além dos seus colegas de ofício e aprendeu a fazer-se operário e trabalhar na linha de frente das fábricas cujo cotidiano o motivava para mais uma investigação. Para mais um livro sobre os operários e contra eles. No entanto, como um pesquisador.

*Conforme afirmava no prefácio de seu segundo livro, **O operário**, tentava sinceramente entender os trabalhadores, e o único meio de chegar a tanto era misturar-se com eles, sentar-se à sua mesa, dormir na mesma cama, participar de suas distrações, pensar e sentir como eles . (Página 105).*

E depois da colhida (acadêmica, nunca operária) de seu segundo livros veio um terceiro. E um quarto. E rigorosas e sensíveis pesquisas que misturavam a sua vida disfarçada com a vida real dos operários, objetos de suas investigações, descobriu com o tempo que pouco a pouco sentia mais prazer em estar na “Fenda do Sul” do que da “do Norte”. Sendo um crítico fervoroso do “ser operário”, com o tempo começou a gostar de sentir-se um operário e viver com e entre eles. Tanto foi que acabou Freddie por criar para ser, enquanto no “Sul da Fenda”, um outro operário. E à sua pessoa e figura deu num nome: Bill Totts. E aconteceu que...

*... Bill Totts sentia-se tão bem em sua nova pele, era um operário tão perfeito e um habitante tão autêntico do Sul da fenda, que sentia solidariedade por sua classe, como é comum nas pessoas de sua espécie e o ódio que dedicava aos fura-greves era até maior do que a média do que sentiam os sindicalistas sinceros. (página 107).*

E se assim aconteceu antes, mais ainda começou a acontecer quando Bill conheceu e começou a descobrir que primeiro admiravam muito e, depois, amava uma líder operária e sindicalista. Sindicalista: Mary Candon.

Mas quando “ao Norte da fenda” havia Freddie, que inclusive começara a reunir material para um livro novo: *as mulheres e o trabalho*. E havia Catherine Van Vorst. Acadêmica como ele, letrada e quase bonita ela acabou por ser a noiva que pelo menos quando ao Norte da fenda ele pensava que poderia amar. Tanto que o casamento estava marcado para duas semanas mais a frente.

E foi quando aconteceu o que me esquivo de narrar para que quem me leia, leia também Jack London. No entanto, antes de deixarmos Freddie e Bill, Mary e Catherine, que eu ao menos antecipe que no entrevero de um enfrentamento entre policiais da ordem pública e operários mobilizados, preso em seu carro e ao lado da noiva, Freddie assistia a uma árdua luta entre policiais e operários. E, sem

poder mover em qualquer direção o seu automóvel, preso entre os dois lados do conflito, até quando pode Freddie comungou com Catherine um sentimento que a noiva-doutora expressou com uma frase curta (e, de resto, extremamente repetida ao longo da história humana): *que bando de selvagens!*

Até quando de dentro de Freddie emergiu Bill. E não mais o sociólogo que pesquisa operários, mas o operário que aprendeu a se pensar, e à sua classe, para além do operário. Não narrada com detalhes a cena espetacular, não custa encerrar esta metáfora revelando o seu final.

*Nos anos seguintes, não houve aulas de Freddie Drummond na Universidade da Califórnia, e não foi publicado nenhum livro seu sobre economia social.*

*Mas, ao mesmo tempo, surgia um novo dirigente sindical, chamado William Totts. Foi ele que se casou com Mary Condon, presidente do Sindicato Internacional da Trabalhadoras em Luvas; foi ele quem organizou a famosa greve dos cozinheiros e empregados de restaurantes e, antes de obter uma vitória definitiva, ajudou a formar vinte sindicatos mais ou menos associados. Entre os quais os de desempenhadores de aves e o dos empregados de agências funerárias. (página 119).*

Deixemos por agora o conto. Uma outra narrativa nos espera.

Bem sabemos que o que está por debaixo da polêmica inacabável entre a objetividade-neutralidade quantitativa e a subjetividade-interatividade<sup>7</sup> qualitativa é algo mais do que uma questão apenas epistemológica. Deixando de lado outros aspectos importantes que envolvem os pontos de vista “de um lado e do outro”, procurei aqui pensar na fronteira. Procurei ressaltar como e quando uma abordagem pode servir-se da outra e fecundar-se, fecundando-a. Deixei bem clara a minha escolha ao descrever brevemente a trajetória de minhas dúvidas, ainda não resolvidas inteiramente, e de minhas certezas sempre revisitadas e revistas. De todos os aspectos que envolvem esta e outras polêmicas, inclusive aquela que coloca de um lado os praticantes de estilos interativo-qualitativos de *observação participante*, mas desconfiam ainda do todo ou de partes dos estilos interativo-qualitativo-solidários da *pesquisa participante*, escolhi apenas alguns para trazer a esta nossa mesa de diálogo.

---

<sup>7</sup>. Que me seja permitido criar aqui esta bela e indispensável palavra: *interatividade* como um oposto à palavra corrente nos livros de métodos e técnicas de pesquisa experimental: *neutralidade*. Eu nem creio que *interatividade* seja uma palavra que não existe. Talvez ainda não esteja nos dicionários. Mas, como em tudo na vida, e nas pesquisas, a imaginação humana pode e deve sempre anteceder à norma e aos preceitos da norma culta e oficial. O que me lembra a inapagável palavra *sentipensante*, essencial e talvez inexistente nos bons dicionários Eu aprendi ouvindo Orlando Fals-Borda..

Um deles é a necessidade de uma revisão abrangente e corajosa de modos e modelos de trabalho na busca científico-pedagógica de conhecimentos, frente aos desafios de novos modelos de pensamento, de consciência de sentimento, de criação de novos imaginários e de novos significados (político-pedagógicos, inclusive) orientadores de nossas interações conosco mesmos, com os nossos outros, com a vida e com o próprio universo - a começar por nossa Casa-Nave Gaia, o Planeta Terra, a começar pela rua onde eu moro em Gravataí ou Alvorada. E, finalmente, e como um desaguadouro de tudo o que veio antes, uma recriação dos fundamentos de uma nova ação social de valor político capaz de semear e fazer frutificar entre nós “um outro mundo possível”.

Aos trancos e barrancos, mas a caminho, em um mundo que sonhou se justo e fraterno, igualitário e não-excludente, socialista e feliz quando um “Novo Milênio” surgisse e que é tão ou mais injusto, violento e desigual do que o de outros tempos, de qualquer modo estamos na aurora de uma era em que nos vemos frente ao desafio de reaprender a sentir, a pensar, a interagir e a criar o nosso próprio mundo.

Velhos esquemas e sistemas de pensamento e de pesquisa científica vão sendo cada vez mais postos em questão. Vão cada vez mais dando menos respostas às perguntas verdadeiramente essenciais. Talvez alguns deles sobrevivam por muito tempo porque é sobre as suas bases que se ergue ainda de uma ciência e uma tecnologia úteis e submissas a projetos políticos e econômicos que tornam mercadoria todas as coisas, inclusive seres humanos como você e eu, e que ainda aportam armas sofisticadas aos exércitos e riquezas inúteis, mas cobiçadas, aos cofres do capital.

Estamos vendo diante de nossos olhos e de nossas escolhas de pensamentos e de ações, o enfrentamento agora não mais disfarçável entre modelos não apenas diferentes, mas divergentes e opostos em questões essenciais. E a primeira pergunta que devemos falar aos que defendem que, tal como a arte, a ciência não deve ter opção de imaginários e de ideologias, é sobre qual tipo de visão de mundo, de imaginário de presente e de que ideologia de criação do futuro eles estão pensando o que pensam e dizendo o que dizem. Uma outra pergunta deveria ser dirigida a todas e todos nós. Não estaremos deixando o alcance de nossos olhos e de nossas mentes confinado em um campo muito restrito da vida social, frente a tudo o que está diante de nós? Ao pensarmos, por exemplo, quais deveriam ser as nossas escolhas de projetos de educação e de propostas de pesquisas que a tornem mais crítica e mais fecunda, não estaremos presos ainda a ideias e modelos muito estreitos e em boa medida já ultrapassados? Não seria este o momento de nos abirmos sem receios – mas



com toda a cautela e todo o rigor devidos a quem se lança a pesquisar qualquer coisa – a novos olhares, a novos sentimentos, a novos sentidos e a novas interações entre tudo isto e tudo o mais?

É na busca de respostas – nunca individuais, sempre solidárias, coletivas, fruto de diálogos, de encontros entre semelhantes, diferentes e divergentes<sup>8</sup> - a estas e a outras perguntas que eu me interrogo sempre a respeito da outra questão sumariamente proposta aqui: de quem lugar social eu penso o que penso e falo o que eu falo antes, durante e depois de uma pesquisa? Uma pesquisa como as que estarão sendo apresentadas e refletidas ou sugeridas nas páginas seguintes.

E o outro ponto relevante aqui, vimos, é a crítica colocada frente à invenção da ideia de uma reducionista neutralidade-objetiva como estilo e vocação da ciência. Uma crítica feita a partir da evidência de que todas e todos nós, cientistas sociais “puros” ou não, educadores, participantes ativistas de alguma causa social, étnica, política ou o que seja, sentimos, falamos e interagimos com pessoas e com símbolos e significados que de um modo ou de outro representam sempre escolhas, postos de vista, imaginários e ideologias. E, qualquer que seja a nossa orientação teórico-metodológica, pesquisamos alguma dimensão da “realidade” e escrevemos algo desde as nossas investigações, sempre situados em algum tempo-lugar social. Nunca se fala ou se escreve “fora do Planeta” e “para além do Mundo”. Será fácil ver que voltarei a este ponto nos capítulos seguintes.

Um terceiro ponto é o menos visível nos livros antigos e mesmo nos livros mais atuais a respeito de pesquisas qualitativas e de pesquisas na educação. Os modelos quantitativos nos condicionam a ver “casos” (como “aluno indisciplinado”, objetos (como “os atores sociais do sexo feminino em Belém Velho”, em Porto Alegre), “números” (como “os 38% que responderam afirmativamente ao item B”) e “categorias” (como as classes sociais “A”, “B”, “C”, “D” e “E” das pesquisas dos jornais) onde, na verdade, existem e são identitária e substantivamente: pessoas.

Onde há seres que são mulheres e homens, adultos, idosos, crianças, adolescentes e jovens. Pessoas cujas histórias vividas são quase sempre bastante mais humanas, profundas e sofridas do que as nossas histórias de vida conseguem captar.

---

<sup>8</sup> *Nenhuma de nós é melhor e nem mais inteligente do que todas nós*, é uma frase de Marilyn Ferguson - uma ativista norte americana com pelo menos um livro em Português: *a conspiração aquariana* - que um dia me foi contada por Fábio Brotto, um educador criador entre nós dos jogos cooperativos. Quem sabe a mesma citação está em seu novo livro? Fábio Otuzzi Brotto, *jogos cooperativos – o jogo e o esporte como um exercício de convivência*, Editora Projeto Cooperação, Santos, 2001.

E bem sabemos também que mais à esquerda dos métodos e das ideologias, de vez em quando um olhar utópico e político enxerga menos a pessoa porque também vê, mesmo depois de trabalhar com “métodos qualitativos”, a “classe social”, o “representante de classe” ou o “grau de consciência”. E, quantas vezes, depois de uma série de entrevistas que revelam tanto da intimidade de cada pessoa, reduzimos um depoimento de vida (a consciência de uma pessoa) a uma fala típica (o conhecimento sobre uma classe ou categoria social), e reduzidos a fala a um frase padrão (a informação) desligada de seu contexto e distante da pessoa que disse aquilo, dizendo tantas outras coisas mais.

Aqueles a quem nos dirigimos são *peessoas* (como um homem solteiro e recém-chegado à comunidade, uma mulher casada e mãe de sete filhos, uma menina que estuda e também trabalha, um jovem que não sabe se é melhor seguir na escola ou “cair na rua” de uma vez), São *pares de pessoas* (como um casal), famílias nucleares (o casal e mais dois filhos), são *grupos domésticos* (a família nuclear sozinha, ou acrescida de um “pai da esposa” ou de uma “mãe do marido), são *parentelas, redes de parentesco* (a interação sócioafetiva e genética de famílias nucleares interconectadas entre parentes consanguíneos e afins), são *grupos de idade* (como as “turmas” de meninos ou de meninas, na escola ou na delícia de uma manhã clara de sol num sábado sem aulas), são *grupos de interesse* (como quando os homens da comunidade fundam um “time de futebol”), são *equipes de trabalhos* (como a de uma “turma de operários da construção civil”), são, coletivamente, *instituições sociais* (como a paróquia católica, a igreja pentecostal, a associação de amigos da Restinga ou a associação de pais e mestres de uma escola), as diferentes unidades individuais ou coletivas que compõem e configuram, entre fios e tons diferentes, a urdidura do cotidiano daquilo a que damos o nome de “tecido social”.

Mas, de qualquer modo, sempre conjuntos interativos “de” e “entre” pessoas. Sujeitos sociais, identidades étnicas ou também sociais, atores culturais (qualquer um, qualquer pessoas, e não apenas os “criadores populares de cultura”). Seres através de quem uma cultura ou uma fração diferencial de uma cultura é realizada e dada a ser vista... e investigada.

Descobrimos primeiro o sujeito e a subjetividade, na educação e na pesquisa de/sobre a educação. Estamos aprendendo agora a lidar com a inteireza do sujeito desta “subjetividade”. Estamos aprendendo a perder o temor de sermos menos confiáveis por estarmos sendo mais pessoais no modo como trabalhamos, inclusive quando investigamos isto ou aquilo. Mas é justamente no encontro o mais profundo e verdadeiro possível entre dois sujeitos da história, duas atoras sociais

do cotidiano, uma professora e um estudante de sua “turma de alunos”, duas pessoas humanas, enfim, que a relação mais humanamente objetiva acontece.

Quando no encontro entre eu-e-você existe em alguma medida uma intenção de amor ou, se quisermos, de aceitação do outro em-si-mesmo e tal como ele é, então é quando em sua maior transparência o eu do outro aparece em mim e para mim. O outro é, inicialmente, um semelhante a mim: fala a seu modo a minha língua, participa a seu modo de minha própria cultura, crê a seu modo no mesmo Deus que eu; e toma no cair da tarde de uma quinta feira o mesmo chimarrão que eu. Por isto ele me atrai de início. Porque mesmo quando um distante (uma mãe-de-família da comunidade de minha escola) ela me é alguém próximo, um semelhante. Interajo aceitando o outro em meu afeto não porque ele é a minha imagem, o que seria um desejo narcísico de me ver nos outros a quem amo. Eu o aceito de maneira incondicional pelo que nele encontro de ressonância em mim. Por isso também Paulo Freire dizia sem cessar que somos todos aprendentes-ensinantes uns dos outros.

Mas eu aceito a seguir em sua diferença de mim. Na imensa maior parte dos “casos” com quem nos encontramos em uma pesquisa de comunidade, estamos diante de pessoas que não sendo nós e sendo de algum modo como nós, são também a medida visível e, em boa medida, lastimável, de nossa diferença. Não moramos no mesmo bairro e nem as nossas roupas são exatamente iguais. Nossos salários podem até não ser muito desiguais, mas os nossos modos de vida cotidiana são. E é nas chamadas “diferenças culturais” que nos acostumamos a ver o que nos torna - em uma sociedade dual e excludente como a nossa - desiguais. Falamos a mesma língua, mas não do mesmo modo e é provável que a biblioteca de minha casa tenha mais livros do que as de todas as casas da comunidade de acolhida de minha escola.

Mas é precisamente aí que nos vemos de gente para uma questão que, quando não resolvida, é o nosso dilema, e que, quando resolvida através de uma escolha amorosa (porque não?) e consciente (claro!) tornar-se a nossa própria vocação. E qual é esta questão? De saída podemos imaginar que não é a mesma questão que enfrenta uma professora de classe média (será a “B” ou a “C”?) que leciona em uma “escola particular de classe média” e convive com alunas e alunos que são como os seus filhos. Quem são as filhas e os filhos das amigas e que partilham a rua, o bairro, o clube, a igreja, o chimarrão e a escolha cultura de “tradições gaúchas”. O que temos pela rente é o fato de que apenas com uma motivação de aceitação plena e incondicional da pessoa do outro, meu/minha diferente/desigual, eu sou capaz de compreendê-la. De sentir com ele, mesmo que não sinta como ele. De saber colocar-me desde o seu ponto de vista, aceitando-o

no como é, como vive e como pensa e diz a mim de seu ser, de sua vida e de seus sentimentos e pensamentos.

Pois é no intervalo entre o reconhecimento da similitude e da diferença entre eu-e-ele que o diálogo torna-se possível. Mesmo quando é o diálogo da meia-hora de uma entrevista de pesquisa. No entanto, entre este “ele” da comunidade de acolhida e eu existe um dado de desigualdade sociocultural não desejada, mas real, que transforma uma diferença entre pessoas em uma desigualdade entre sujeitos de categorias sociais desigualadas. E a própria maneira como uma “conversa” entre “ele-e-eu” em uma pesquisa transcorre deixa isto bem claro.

Realizo a minha parte de uma investigação da/na comunidade porque ela é parte de meu trabalho. Mas eu participo dela para além da responsabilidade funcional porque quero acreditar que também ela é um instrumento a mais no trabalho solidário da aventura dos encontros entre pessoas vistas e vividas, de um lado e do outro, como seres a quem toca reduzir e destruir as desigualdades sociais para que não reste mais entre elas nada mais do que as desejadas diferenças de destino ou de escolhas. As diferenças culturais despojadas de qualquer valor de hierarquia, as diferenças étnicas outras.

Aprendi em meus vários encontros com educadoras e educadores do Sul (de sala-de-aula ou não, mas principalmente com as de sala-de-aula) o quanto esta questão do desafio entre um trabalho de pesquisa sócioantropológica fiel e objetiva, e uma vivência também através de uma pesquisa profundamente interativa, intersubjetiva e pessoal está viva e pouco resolvida. Tudo isto porque na maioria dos casos havia sempre uma intenção de tornar o trabalho de conhecimento da vida cotidiana da comunidade de acolhida da escola algo que traduza a vida diária e, não apenas, os indicadores das condições sociais de vida. Tudo isso, também, porque tornar o trabalho de pesquisa da comunidade algo tão participante quanto possível tem sido sempre um desafio.

Procurando partir de situações concretas e de experiências que foram e seguem sendo vividas, meu propósito é o refletir dilemas e propor alternativas. Não se encontrará aqui método de pesquisa algum com o rosto de uma receita. Em alguns casos elas são úteis sim, e o aprendizado seguro e confiável de técnicas de trabalho científico bem fundamentado teoricamente é uma obrigação de todas as pessoas – pesquisadores de carreira ou não – que se lançam em alguma experiência de “pesquisa da realidade”. E, ao contrário do que imaginam alguns, se isto vale para as pesquisas acadêmicas, vale por igual, ou mais ainda, para as investigações onde, como ou sem uma participação direta de pessoas da comunidade pesquisada, existe uma intenção de tornar a comunidade e suas

peças os primeiros destinatários e os praticantes ativos dos frutos, diretos ou indiretos da pesquisa.

Quero finalizar este capítulo com três sugestões de leituras, duas delas vindas da Colômbia e outra do Brasil.

Alfonso Torres Carrillo, um historiador e educador popular criou uma modalidade dialógica, mais do que apenas participativa de “reconstrução coletiva da história”. Seu pequeno (grande) livro *Hacer historia desde Abajo u desde el Sur*, pode ser dividido em dois momentos. Nos capítulos do primeiro momento ele reconstrói a trajetória teórica e prática de modalidades de pesquisas sociais, não apenas aqui na América Latina, mas em todo o mundo. Num segundo momento ele apresenta a teoria e a prática – crítica, concreta e aplicável – do que ele chama: Reconstrução Coletiva da História. Eis um exemplo de um trabalho em uma área iniciada por seu compatriota, Orlando Fals-Borda (com quem vivi a ventura de dialogar algumas vezes) e, depois, pouco trabalhada entre os diferentes estilos de investigação-ação-participativa. A RCH (como Alfonso abrevia) pedagogicamente é apresentada de tal maneira que um coletivo popular será capaz de passar da leitura à ação<sup>9</sup>.

Em uma direção não muito distante do trabalho de Alfonso Torres Carrillo, Marco Raúl Mejía e Maria Helena Manjarrés tratam de fazer com a pedagogia o que Alfonso fez com a história. Vindo de uma linha mais próxima a Paulo Freire do que a Orlando Fals-Borda, o livro *La investigación como estrategia pedagógica – una perspectiva desde el Sur* retoma de forma simples, fecunda e criativa uma das ideias-chave de Paulo Freire. Ideia que aparece logo na primeira linha da epígrafe que abre o livro: *No hay enseñanza sin investigación ni investigación sin enseñanza*.

Assim como Alfonso sugere uma RCH – reconstrução coletiva da história (desde “abajo” e desde “el sur”), Marco Raúl e Maria Elena propõem uma IEP – investigação como estratégia pedagógica. E tal como no livro de Alfonso, o livro de Maria Elena e Marco Raul, após trazerem uma fecunda resenha das tendências de pedagogias que se propunham como também exercício coletivos de construção de saberes através da pesquisa, estabelecem os marcos de uma pedagogia crítica não que não apenas incorporar momentos de pesquisa nas atividades de ensinar-e-aprender, mas se resolve como uma pedagogia da pergunta e da busca

---

<sup>9</sup> Seu livro é um dos pequenos-grandes livros de uma Coleção *Primeros Pasos*, das *Ediciones Desde Abajo*, de Bogotá. Esta coleção é dirigida por outro educador popular colombiano, Marco Raul Mejía, de cujo livro estarei falando logo a seguir.

investigativa de resposta com procedimento essencial do ato de aprender. Logo, do ato de ensinar<sup>10</sup>.

Aqui no Brasil desde alguns anos tem-se difundido a experiência da Cartografia Social. Entre a história de Alfonso Torres Carrillo e a pedagogia de Marco Raúl Mejía e Maria Elena Manjarrés, uma nova, insurgente e popular geografia nos é proposta através da cartografia social que tem em Alfredo Wagner, um antropólogo brasileiro, um dos nomes mais lembrados<sup>11</sup>.

Um dos exemplos mais fecundos da cartografia social foi realizado por pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenador por Regina Silva e Michèle Sato, junto com grupos de pesquisa e de educação ambiental.

Em um amplo trabalho coletivo, foi elaborado um mapa do Estado do Mato Grosso (um estado da federação brasileira que mesmo depois de dividido possui um território equivalente ao da Colômbia). Um “mapa popular e comunitário” que quase apaga os dados “políticos” dos mapas tradicionais – inclusive os escolares – e sobre-eleva os territórios dos povos indígenas, das comunidades negras quilombolas, e de outras inúmeras comunidades de povos tradicionais. Um mapa que revela que em um Estado Brasileiro em geral visto como “dominado pelo agronegócio”, mais da metade do território é atualmente ocupado por parques e reserva naturais, por terras indígenas (elas somam um território quase equivalente ao do Uruguai), por terras de comunidades quilombolas, pantaneiras, sertanejas e de outros povos tradicionais. Enfim, uma cartografia “desde embaixo e desde o norte” (isto porque no Brasil é o sul a região mais branca e desenvolvida) em que uma realidade nunca vista e mapeada finalmente se dá a ver<sup>12</sup>. Sonho com um grande mapa de “cartografia social da América Latina”.

---

<sup>10</sup> *La investigación como estrategia pedagógica – una propuesta desde el sur* faz parte da mesma Colección Primeros Pasos, da Ediciones Desde Abajo.

<sup>11</sup> Por internet é possível acessar entrevistas e artigos de Alfredo Wagner. assim como um longo estudo a respeito da cartografia social, assinado por Dorival dos Santos.

<sup>12</sup> O *Mapa do Estado do Mato Grosso* está disponível junto ao *Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA* – da Universidade Federal do Mato Grosso (<http://gpeaufmt.blogspot.com.br>). Um livro ricamente ilustrado acompanha o mapa: *Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso – Brasil*, coordenado por Michèle Sato, Michelle Jaber, Regina Silva, Imara Quadros e Maria Liette Alves (uma coordenação plenamente feminina, outra inovação importante), publicado pela Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá, no ano de 2103.

## 3.

***Aplicada, solidária, participante***

Pouca gente que faz da pesquisa científica uma parte importante de sua vida é tão solitária quanto o antropólogo. Desde as distantes fotografias de Bronislaw Malinowski e de Francis Boas, a imagem que se tem dele é sempre a de uma pessoa branca, sozinha dos seus e solitária entre os “primitivos” que foi investigar em alguma ilha da Papua Melanésia ou num canto escondido da Floresta Amazônica. Mudaram os tempos e os lugares, mudaram os temas e as cenas das pesquisas, mas a imagem de um “pesquisador de campo”, sozinho do começo ao fim, ainda retrata o “ofício do etnólogo”. Mesmo quando participam juntos de uma “equipe de pesquisa” - e eu me vi entre elas várias e inesquecíveis vezes - na prática do trabalho de campo cada um vive a sua experiência. Cada um “fica na sua”. De fato não é usual uma observação participante coletiva e nem uma entrevista. Menos fácil ainda é praticar uma “análise estrutural da narrativa” ou proceder a uma “descrição densa de um ritual” entre três ou quatro pessoas. “Conviver com o outro que investigo” parece ser obrigatoriamente uma interação dual: ele e eu. Como na casa de caboclo da música sertaneja: “um é pouco, dois é bom, três é demais”. Nem sempre, na verdade.

Na direção oposta da solitária *observação participante* nada deveria ser mais solidário e coletivo do que a *pesquisa participante*. Em mais de um dos capítulos deste *Saber com o Outro* procurei descrever como a *pesquisa participante* estende aos outros situados fora da equipe de profissionais (ou aprendizes) acadêmicos das ciências eruditas, o poder e a vocação de partilharem a construção de conhecimentos sobre eles mesmos, sua comunidade e o seu mundo. Falo agora pela minha experiência e através de depoimentos de vários outros diferentes “pesquisadores participantes” do Brasil e da América Latina. Vivemos sempre um dilema: quando mais uma investigação tende a ser *participante* tanto mais ela acaba precisando ser *quantitativa*. No volume seguinte de nossa série: *O Meio Grito e outros escritos sobre a pesquisa participante*, estarei descrevendo com detalhes experiências de que participei, entre Goiás e o Rio Grande do Sul, e que foram predominantemente quantitativas. Ou que, no limite, dividiram-se entre o rigor da quantidade estatística e a densidade da qualidade discursiva. Tudo leva a crer que uma objetivação-quantificável permite traçar objetivos claros e operativos. Uma entrevista é arte-ciência de uma única pessoa e mesmo construí-la de forma mais objetiva (as “entrevistas fechadas”) deságua em uma interpretação bastante

individualizada. Mas um bom questionário pode ser “bolado”, criado, testado, aplicado, quantificado, ordenado e analisado em volta da mesa, entre algumas ou mesmo várias pessoas.

Lembro-me de que nas duas mais completas experiências de *pesquisa-ação-participante* de que fui um dos integrantes, foi justamente esta objetivação-quantificável o que permitiu um “entendimento” da participação. Sociólogos, antropólogos, educadoras, agentes de pastoral, mulheres e homens lavradores de pequenas comunidades rurais de Goiás puderam criar algo juntos porque dispunham de critérios objetivamente uniformizantes enquanto possibilidade de compreensão. Era diante de números dispostos em tabelas e gráficos rigorosos. Depois de dias e noites dedicados a lidar com os “números do questionário” antes do advento do computador, tínhamos diante de nós uma realidade vivida transformada em uma objetiva realidade pesquisada, ao redor da qual, agora sim, podíamos aportar as falas de nossas vivências semelhantes e diversas, e produzir uma “boa análise”.

Este foi sempre um desafio. Algumas vezes foram tentadas, com relativo sucesso, investigações de estilo participativo envolvendo histórias de vida e reconstruções da história social de movimentos populares ou de comunidades, com procedimentos bastante mais qualitativos e intersubjetivos. Muito embora esta questão nem sempre seja bem discutida em artigos e livros sobre a *pesquisa participante* e suas derivadas, ela está sempre presente. E poderia ser sintetizada nesta pergunta: como tornar *participantes* as abordagens *qualitativas*? Dita ao contrário a pergunta também faz sentido: como tornar as *abordagens qualitativas* também *participantes*? Também incorporáveis como métodos e técnicas confiáveis e criativas em diferentes estilos de *investigações participativas*?

Um livro de tradução bastante recente para o Português e incorporado a uma coleção dirigida a educadores procura fazer mais do que trazer alguma resposta de “aproximação”, de “adaptação”. René Barbier, um dos mais conhecidos teóricos e praticantes da *pesquisa-ação* de “linha francesa” (mas existem linhas “nacionais” aqui?) tenta criar um estilo profundamente intersubjetivo, interativo, dialógico e afetivamente qualitativo em sua proposta de uma múltipla *pesquisa-ação existencial, integral, pessoal e comunitária*<sup>13</sup>. Depois de apresentar a história recente e os fundamentos da *pesquisa-ação* conhecida, ele estabelece no capítulo 2 uma: “nova pesquisa-ação e seu questionamento epistemológico”. Ora, este

---

<sup>13</sup>. O livro se chama: *A pesquisa-ação* é o terceiro da série *pesquisa em educação*, da Editora Plano, de Brasília. Foi publicado em 2002.



questionamento é feito em termos de uma crítica amorosa a um sociologismo objetivante da relação entre sujeitos envolvidos de um lado e de outro na prática da *pesquisa-ação*. Mas uma crítica em nome do quê? De uma subjetivação pessoalizante da relação entre um lado e o outro; de uma aproximação entre modelos mais sociológicos e exteriorizantes e estilos mais psicossociológicos, centrados na escuta sensível do outro, no diálogo desprovido do poder e na construção partilhada de sentido.

Chama a atenção, de uma maneira próxima ao olhar de outros cientistas sociais e educadores, Barbier passa a trabalhar no intervalo entre as tradições científicas consagradas e os novos modelos emergentes de pensamento e pesquisa. Como incorpora ao saber acadêmico as ideias de um Krishnamurti e uma substância teórica relevante, provinda de diversos sistemas de sentido orientais. Tal como tenho procurado enfatizar seguidamente aqui, o próprio critério de confiabilidade filosófica e científica de uma investigação não está apenas e principalmente no fundamento teórico, no emprego de métodos e na qualidade do produto final. Está bem mais no todo de seu processo de realização. E o que avalia este processo não é o rigor do método, mas a qualidade da interação entre as pessoas envolvidas na partilha de um trabalho face-a-face de criação de sentidos, inclusive através do uso de métodos científicos. Ao estabelecer os termos de sua *pesquisa-ação existencial* René Barbier fala o seguinte:

*Um pesquisador em pesquisa-ação existencial é, portanto, necessariamente implicado dessa maneira no cerne de um Eu/Tu buberiano (Martin Buber, 1969) que estimula toda a sua presença para o outro. Nada é mais exigente do que uma atividade de pesquisa assim definida. Ela exclui toda a forma de diletantismo ou de brilho espetacular. Ela pertence ao registro do secreto e do íntimo. Ela enfatiza uma reciprocidade de olhar para a essência do “rosto” de cada um no centro de uma vivência sensível de proximidade (Lévinas, 1974). Onde é possível formar-se nesse tipo de pesquisa, na universidade e alhures? Que tipo de educação tem a não-competência e que tipo de instituição propomos a nossos jovens para que eles possam cumprir um tal destino<sup>14</sup>.*

---

<sup>14</sup>. Barbier, op. Cit. Página 102. Ele cita dois pensadores judeus cujas ideias – inclusive as da/sobre a educação – merecem ser lidas e relidas. Um deles é Martin Buber e o livro é o *Eu e Tu*, já lembrado aqui. Buber tem escritos de rara importância para educadores. Três deles foram publicados pela Editora Perspectiva, de São Paulo. *Do diálogo e do dialógico*, de 1982, *Sobre a comunidade*, de 1987, com um importante artigo: *a educação para a comunidade*, e *Socialismo utópico*, com a segunda edição em 1986. Alguns livros de Emmanuel Lévinas estão em Português e merecem ser lidos. Ver: *Totalidade e infinito*, da Edições 70, de Lisboa, com data de 1988, *Entre nós*, da VOZES, de Petrópolis, em 1997, e *O humanismo do outro homem*, também da VOZES, em 1993.

Barbier faz a pergunta e procura respostas. Mas eu quero sugerir aqui algumas outras, talvez um pouco mais aplicáveis ao cotidiano de nossos dilemas de pessoas dedicadas à educação de crianças, jovens e adultos que um dia descobrem, como Roland Barthes, que há um momento da vida “em que se ensina o que não se sabe” e, então, ou se repete o que se soube, ou se aprende a pesquisar.

1°. Toda a pesquisa de realização solitária pode ser também um trabalho destinado a ser posto “em volta da mesa”, a ser partilhado. A servir a algo mais do que um novo título ou um novo artigo dirigido ao círculo restrito dos que “são como eu e pensam como eu”. Nas ciências sociais e nas ciências humanas – aquelas de onde partem e a que se destinam todas - no dizer do mesmo Boaventura de Souza Santos com quem nos encontramos em outros capítulos – mesmo a “pesquisa pura”, a não-aplicável, é sempre passível de ser aplicada. E a abertura do sentido social de sua “aplicabilidade” deve ser medida pela ampliação generosa do círculo de pessoas convocadas a dialogarem entre elas através do que o escrito da pesquisa tem a dizer. Convenhamos, a não ser em raros e justificáveis casos de exceção, toda a pesquisa que gera conhecimentos intencionalmente dirigidos a confrarias muito restritas de interlocutores, é uma atividade científica negadora da razão de ser humana da própria ciência. Ela subordina a criação de saber à reprodução de círculos de poder a partir do saber que gera.

2°. Mesmo quando possamos acreditar (e devemos acreditar, passo a passo) que o horizonte da pesquisa solitária é a pesquisa em equipe e o horizonte da pesquisa em equipe é a pesquisa participante, isto é, a investigação estendida do grupo pesquisador à comunidade constituída por este grupo e mais os das pessoas investigadas, podemos pensar que o sentido de valor de uma investigação não está somente no envolvimento social de seus realizadores, mas no sentido de serviço e proveito dado ao processo do trabalho e aos seus produtos<sup>15</sup>. Uma forma de uma investigação ser *participante* está no

---

<sup>15</sup>. Sem poder citar os dados completos de origem, lembro que encontrei uma vez em um pôster de um simpósio sobre pesquisa em educação esta sentença atribuída a Jean Piaget: “*eu não creio na pesquisa solitária, acredito na pesquisa solitária*”. No entanto, o que pensar desta outra ideias de Gaston Bachelard,.: *A ciência do solitário é qualitativa. A ciência socializada é quantitativa*. Está na página 297 do *A formação do espírito científico*, já citado

“quem”-“como”-“porque”-“para quê” participa dela. Uma outra forma está na resposta a como uma pesquisa participa da vida e das possibilidades de transformação social da vida dos que dela participam como investigados, ou como pesquisados-pesquisadores.

3°. A palavra “transformação” não é aqui uma metáfora e nem uma ilusão. No campo de da educação pesquisa alguma é diletante, embora muitas possam ser prazerosas e gratificantes. Não se trata de pregar um utilitarismo pragmático, o que conspira de frente com a própria ideia ao mesmo tempo clássica e “emergente” do trabalho científico. Trata-se de pensar que tal como a própria educação, a pesquisa associada a ela existe porque é sempre possível pensar que pessoas, grupos humanos, corpus de ideias, culturas, comunidades, sociedades, nações, povos e a humanidade podem ir além de onde estão, podemos ser melhores, mais justos, mais fraternos e menos perversos e excludentes do que são. Podem, de dentro para fora, e devem ser dimensões transformáveis da realidade. Todo conhecimento autenticamente novo é renovador. Todo o conhecimento renovador é contestador. Todo o conhecimento contestador é uma porta aberta à transformação. Isto vale para a pesquisa que procura criar um meio de melhor de ensinar crianças não-videntes a aprenderem a ler e escrever. Vale para a investigação que pretende criticar “tudo que já se pensou sobre a educação até hoje” e propor um novo sistema de ideias. Um sistema falso, se for permanente, e verdadeiro, se for efêmero, que logo a seguir deverá ser oportunamente objeto de crítica, de transformação ou de superação.

4°. O pensamento lógico é uma forma entre outras de criação do que gosto de chamar “os esses da experiência humana”: saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades. Entendo por sociabilidade, aqui, não apenas o aprender a viver de maneira ajustada em um mundo social, mas vir a saber como partilhar do processo ativo e crítico de criação de mundos sociais. O pensamento lógico é uma forma

---

aqui. Lembro que este é um dos problemas de maior tamanho na *pesquisa participante*. Em minhas próprias experiências sempre vivenciei a teoria e a prática deste dilema. Minhas melhores pesquisas antropológicas e intensamente qualitativas e interpretativas foram trabalho solitários ou foram pesquisas partilhadas e consorciadas, nos termos da pequena classificação que estabeleci em outra passagem deste livro. As *pesquisa participantes* foram sempre de estilo “quali-quanti” e o momento de suas escritas foi sempre envolvido em uma discussão partilhada antecedente, e em um trabalho de redigir bastante individual.

excelente disto, mas não é a única. A imaginação, o sonho, o devaneio são outras, e há mais. Em nosso campo de trabalho o pensamento derivado da pesquisa científica é uma forma entre outras de produção de conhecimento confiável e transformador/transformável de diferentes dimensões da realidade. Existem outras formas investigação confiável do mistério do humano, da vida, da vida social (educação incluída) e do universo. As diferentes artes recobrem outras dimensões. As diversas filosofias também e é urgente recoloca-las no seu lugar fundador de sistemas de compreensão do real, de crítica do conhecimento e de orientação do destino humano (ética e política incluídas). Vale o mesmo para as diversas espiritualidades, religiões e outros sistemas de sentido. Vale também para o caso das incontáveis tradições populares que são bem mais do que o “folclore do mês de agosto”.

5°. Sempre foi, mas de agora em diante será mais e mais ainda, um empobrecimento muito grande e indevido a recusa em pensar a ciência e a pesquisa como um alargamento crescente do olhar e da compreensão. Uma abertura a novas e inevitáveis integrações transdisciplinares entre ciências e campos diversos de uma mesma ciência. Uma abertura a antigas e novas interações entre o conhecimento científico e os saberes dos outros sistemas de sentido mencionados no item acima. Uma abertura novas indeterminações, a partir da compreensão de que não há mais uma matemática, mas matemáticas; de que não há uma “física definitiva”, mas diferentes olhares dialógicos e transitórios entre diferentes compreensões “físicas” do universo, quantos mais teorias sociológicas, psicológicas e pedagógicas. Daqui a diante o valor de uma ciência não está na quantidade de saber exclusivo que ela produz e acumula, mas na qualidade dialógica dos saberes relativos que ela cria em confronto com outros saberes relativos. Se algo é bem e definitivamente conhecido, então não é uma boa forma de conhecimento.

6°. Métodos são pontes, não são formas. São caminhos de dupla mão que convergem a uma mesma múltipla praça simbólica de convergências, diferenças e divergências. Não há teorias únicas e sequer “melhores”, muito embora haja provisoriamente uma teoria através da qual pessoas e equipes de pessoas possam ver e pensar melhor. Métodos e técnicas “quantitativos” ou “qualitativos” podem ser

mais bem compreendidos através das palavras que tenho preferido usar aqui: estilos, estratégias, alternativas, vocações, escolhas. É o complexo conjunto das perguntas que vão do “o quê” ao “para que fins” o que determina (sempre de maneira relativa, pois outros podem pensar e fazer o contrário) qual o “método” a ser utilizado, em que circunstâncias. Pesquisas individuais podem ser francamente qualitativas e pesquisas-ação podem ser totalmente quantitativas.

7°. No caso das diferentes possibilidades de investigação no campo da educação, podemos partir do princípio evidente de que “muita coisa importante” sobre o que desejamos saber está não apenas na “realidade objetiva do real de suas vidas”, mas nas representações sociais, nos imaginários, nos devaneios e nas práticas culturais com que pessoas, famílias, grupos comunitários, grupos sociais, comunidades, classes, etnias, sociedades constroem e transformam sem cessar o seu: quem somos, como nos imaginamos, quem desejamos ser, como vivemos, como queremos viver, em que mundo estamos, em qual mundo queremos estar, e assim por diante. Assim senso, as diferentes abordagens intersubjetivas, qualitativas e participantes são modalidades de abertura de uma escuta sensível a estas dimensões do pensado e do vivido cotidiano.

8°. Roger Barbier e outros (eu incluído) talvez tenham mais razões do que imaginamos. Uma das questões mais desafiadoras da relação pesquisa-docência está nas respostas a esta pergunta: “como transformar o trabalho de criar saberes através da pesquisa em uma atividade de partilha ativa e solidária do processo de criação, do produto-saber deste processo e do aprendizado que os seus participantes-praticantes adquirem e integram não apenas em suas mentes-mensuráveis (sobretudo no “dia da prova), mas no todo de suas pessoas? Esta pergunta remete a uma outra: “de que maneiras tornar este processo de transformação do próprio sentido da pesquisa no trabalho docente, um instrumento a mais na trajetória de transformações de pessoas e de mundos sociais a que a educação deve, sem sua medida e através de suas diferenças, servir?”

### ***Ao redor da mesa, quem? Como?***

Passo a passo estamos aprendendo a deixamos de gerar e participar de encontros “entre nós” e “sobre eles”, em reuniões de cientistas, pensadores do social, e de praticantes de políticas de insurgência que, no entanto, se reúnem para falar a respeito “deles” num sempre fechado e excludente circuito de “entre-nós”. Mesas redondas em que quando um líder de comunidade camponesa, quilombola ou indígena é convocado, a ele se destinava a “ponta da mesa” e a última fala. Após os intérpretes credenciados de uma “realidade” a ser pensada para constituir-se como a base de uma ação a ser destinada, ao “outro”, costumava-se dar a palavra para que um camponês, um líder sindical, um xamã indígena, uma mulher quilombola nos ofereça um depoimento de vidas cuja recepção entusiástica de parte de quem depois de pé aplaudia, na maior parte das vezes apenas ocultava a diferença entre o que ao final do “evento” iria para os anais de reflexões e depoimentos, e quem seria lembrado como a face “popular e pitoresca” do que se viveu “ali”.

Vemos que agora não deve e nem pode ser assim. Tanto em reuniões “no mundo deles” quanto naquelas em que os trazemos para “os nossos mundos”, cada vez mais aprendemos a passar de reuniões entre-nós-sobre-eles, para reuniões-entre-nós-e-eles, quando elas profeticamente não chegam a ser reuniões-entre-eles-e-nós, tendentes a serem reuniões-entre-eles-conosco. Vivi e tenho vivido, sobretudo em regiões do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia, no Brasil dos últimos anos, pequenas reuniões e imensos simpósios com uma clara presença ativa e progressivamente igualitária “deles” e “entre-eles-e-nós”. Encontros crescentemente paritários em que representantes dos movimentos populares e das comunidades tradicionais; aquelas sem deixarem de ser étnica, vocacional e culturalmente “tradicionais”, se assumem agora como comunidades-em-movimento. Os documentos finais ou são a partilha de saberes e projetos entre-nós-e-eles, ou são manifestos deles, com o nosso aval solidário e comprometido.

A esse esperançoso horizonte devemos adicionar o fato de que, de maneira também local, regional, nacional e universal, reconhecemos cada vez mais que “eles”, individual e coletivamente “chegaram para ficar”. Na antropologia praticada no Sul, no Leste, no “mundo periférico”, assim como nas comunidades de índios, camponeses, sertanejos, quilombolas, operários e artesãos, chegam até centros insurgentes de estudo e universidades homens e mulheres que até a pouco construíam os seus prédios e se iam embora quando eles ficavam prontos.

Chegam primeiro aos poucos e com a timidez de quem foi convidado a uma ceia “em casa alheia”. Chegam depois aos bandos, ocupam lugares que dividem conosco a vida e os saberes de uma academia cujos saberes o crescimento de suas presenças haverá de transformar. E nos ensinam quando assumem serem diante de nós os senhores de seus saberes, a partir do que aprendem com os nossos saberes.

E se no começo dedicavam-se timidamente a procurar investigar, compreender e interpretar para eles, entre eles e sobre eles, o que antes vinha “deles-para-nós”, agora juntam-se aos pensadores críticos de “nós-mesmos” e de nossos mundos. E, em um novo, fecundo e inesperado diálogo, eis que nos chegam do campo, das periferias das cidades e da floresta para nos ajudarem a, afinal, pensarmos quem nós somos.

No passado de forma vertical, consagrada e imposta, “civilizado” era um bom qualificador, e “primitivo” ou “selvagem” eram expressões desqualificadoras. Agora as relações simbólicas e identitárias se invertem. Desconfiamos de nós mesmos e tememos as nossas ciências, as nossas pedagogias, os nossos tecnológicos meios de comunicação. E os olhamos como os outros antes ocultos e silenciados sábios de outros saberes junto aos quais talvez devamos nos debruçar para aprender o como passar da competição à cooperação; da agricultura devastadora da monocultura às agroecologias tradicionais e comunitárias; das economias da posse e da ganância às do dom e da partilha. Enfim, de tudo aquilo que desigualava pessoas, oprime povos e devasta o Planeta.

Finalizo este capítulo com uma memória pessoal.

Convocado pela Universidade Estadual de Montes Claros e por uma universidade alemã em convênio com a UNIMONTES, na verdade o sentido de “internacional” do nosso colóquio poderia ser pensado de uma outra maneira. Raros, bem raros eram os alemães e os suíços presentes. Por outro lado, em um evento tradicionalmente acadêmico em que pessoas entre “graduandas” e “pós-doutoras” se reúnem para falar sobre “os outros” - no nosso caso os viventes e resistente habitantes das diversas comunidades tradicionais - foram eles e elas, mulheres e homens vindos de aldeias indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas, de franjas de barraqueiros-pescadores de beira-rio ou mesmo de praias do litoral do Brasil, que vieram de seus lugares de origem a Montes Claros. E entre-nós tomavam a palavra e nos diziam em suas maneiras próprias de pensar e falar tudo o eu por séculos lhes foi imposto silenciar.

E, bem mais do que eu havia vivido, entre muitos anos atrás e os últimos meses, os homens e as mulheres “das comunidades tradicionais” não vieram nos ouvir. Não vieram sequer como os representantes “de nossas culturas tradicionais ou

indígenas”, a quem cabe a última fala em algumas mesas redondas. Vieram nos falar e nos ouvir. Nos intervalos nem sempre fáceis que separam “quem compreende mas não sente, e quem sente, mas não compreende”, segundo Antônio Gramsci, alguns indígenas Xacriabá e de outras etnias, ao lado de quilombolas e camponeses dos sertões e outros cantos do País vieram dialogar face-a-face conosco. E até mesmo os horários previstos no programa, assim como os tempos de fala dados a cada quem tiveram que ser alterados. Pois para um índio ou um camponês “dar a palavra” e dizer que a pessoa “tem dez minutos para falar” oscila entre o incompreensível e o ofensivo. Em minha mesa redonda mesmo a moça indígena que me antecedeu pintou de vermelho os nossos rostos, estendeu a nós e a todos as bênçãos da Terra e dos bons espíritos, e nos falou por mais de uma hora e terminando a sua fala entre uma prece, um protesto e um poema.

Vivemos agora a experiência de em um mesmo lugar e em momentos sequentes, estabelecermos um diálogo vivo e nem sempre fácil entre “nós” e “eles”. Desarmados de nossas teorias, entre “dialéticas” e “interpretativas”, e armados de suas duras vidas, “eles” chegam não apenas para serem secundária – e não raro “pitorescamente” ouvidos – mas para nos dizerem que a respeito “deles” é a partir das palavras deles que a essência do que se dialoga deve ser levada em frente.



## 4.

**Sobre um encontro chamado pesquisa**

O Acontecimento mais importante em uma relação de investigação social é também o mais secreto, o mais silenciado, o menos confessado e posto às claras. Ele é uma espécie de acordo entre duas ou mais de duas pessoas situadas em uma ou em outra margem do fluir de um encontro chamado pesquisa. E qual é este acordo não dito, mas rigorosamente observado de um lado e do outro? Ele poderia ser enunciado do lado de quem realiza a pesquisa da seguinte maneira:

*Você que está diante de mim e responderá às perguntas que eu faço (em um inventário, um questionário, uma entrevista aberta ou fechada, etc.) ou deverá agir, atuar, realizar um desempenho expressivo diante de mim que o observo, registro, fotografo, gravo, etc. Você não conhecerá a íntegra do resultado do trabalho de pesquisa de que você participa como meu objeto de, ou mesmo como meu sujeito de minha pesquisa. E se acaso você vier a ter algum acesso aos meus “resultados”, provavelmente não os compreenderá no todo ou parcialmente. Pois faz parte da lógica de meu trabalho científico uma motivada e indispensável transferência de linguagens ente as suas diversas gramáticas. Assim, o que eu vi, ouvi, registrei, gravei junto a você, longe de você será convertido através de uma outra lógica, em uma outra narrativa que se destina a ser compreendida pelos que compartilham comigo os meus saberes e segredos, na mesma medida em que, como um critério de legitimidade científica, deverá tornar-se algo incompreendido, mal compreendido ou imperfeitamente compreendido por você e os seus.*

*E justamente atestado de meu trabalho será transformar algo de sua cultura e compreensão em algo de minha cultura e de minha pessoal e coletiva compreensão. Eu profissional e vocacionalmente não posso e não devo realizar algo que, iniciando-se como uma pesquisa científica a partir de você, venha a tornar-se algo que você, tal como é, sabe, pensa e vive agora, possa conhecer, compreender e interpretar.*

Do outro lado do acontecer da pesquisa, aquele que se dispôs a atuar, representar ou simplesmente responder a perguntas de quem o investiga estabelecerá, provavelmente entre segredos do seu silêncio, do seu “não revelado ao outro”.

*Entre meus atos e minhas falas diante de você ou para você, poderei “passar”, ou deverei transmitir fragmentos do quem eu sou, do como eu penso, de como eu ajo em cada situação. O então, no plural, poderei narrar algo sobre quem e como somos, os de meu mundo, de minha comunidade, de minha cultura. E poderei depor diante de você sobre o que como cremos no que acreditamos, como pensamos o que pensamos, como agimos a sós ou ente nós, como socialmente nos comportamos diante desta ou daquela situação, seguindo tais ou quais preceitos de vida e gramáticas de partilha de ações sociais. Você me perguntará fragmentos e eu responderei com gestos e/ou falas entre fragmentos. E assim haverá de ser, seja porque eu não alcanço representar nem para mim mesmo a totalidade do que você deseja saber, seja simplesmente porque não é nem possível, nem justo e nem razoável que eu narre e transmita a você algum “todo de mim” ou “sobre nós”. Assim sendo, estenderei a você apenas parcelas médias, pequenas ou mínimas de nossos saberes, sentimentos, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades. Acreditando (ou não) desvendar os nossos segredos você está apenas tocando uma parte pequenina e eventual deles. E haverá de ser sob a condição, esclarecida ou oculta entre nós, de eu jamais transmitir ou traduzir a você tudo o que é a densidade de saberes que para nós mesmos significa o quem somos e como partilhamos as nossas vidas, que eu poderei conversar com você, dialogar com você, dar-me a ver e responder às perguntas com que você, vindo de perto ou de longe, se coloca diante de mim.*

Em seu livro *A ideia de cultura*, Terry Eagleton trás, em um momento, o depoimento de Slavoj Zizek, que ele apresenta como “um de nossos principais teóricos da alteridade”. O que Zizek defende, segundo palavras de Eagleton, é que um dos acontecimentos que tornam difícil ou mesmo inviável um acesso nosso mais pleno a um outro, está no plano de uma dimensão ontológica, e não somente epistemológica.

Tal como eu-mesmo, o outro é um ser não fixo e nem fixado. Ele é um ser complexo e, como eu, fluido e aberto. Nunca somos inteiramente determinados pelos nossos contextos de vida. Nunca somos determinados por coisa alguma. E justamente é esta abertura à liberdade o que em sua medida nos torna seres humanos. Cada pessoa em sua individualidade, cada pequeno grupo humano, cada comunidade e cada cultura que a habita, tudo o existe e é humano no mundo

tende a ser mais uma presença regida pela imprevisibilidade, pela flexibilidade do pela fixação. Assim sendo, somos regidos mais por uma certa opacidade e imprevisibilidade para nós-mesmos e para os nossos outros, do que por alguma rotina do esclarecido e do previsto. Portanto, toda e qualquer modo de vida existente como substância de uma qualquer a cultura, é não propriamente ambivalente, mas intraduzível a si mesma, esteja ela subjetivamente presente na interioridade de uma pessoa, esteja ela fluindo em uma praça da cidade em uma tarde de sábado.

*Toda a cultura, portanto, tem um ponto cego interno em que ela falha em apreender ou estar em harmonia consigo mesma, e perceber isso, na visão de Zizek, é compreender essa cultura mais completamente.*

*É no ponto em que o Outro está deslocado de si mesmo, não totalmente determinado por seu contexto, que podemos encontrá-lo mais profundamente, uma vez que essa auto-opacidade é também verdadeira de nós mesmos. Eu compreendo o Outro quando me torno consciente de que o que nele me aflige, sua natureza enigmática, é um problema também para ele<sup>16</sup>.*

Longe de um falso objetivismo neo-positivista, devemos compreender que o que afirma em nós a nossa humanidade não é aquilo que se revela a nós e aos outros “objetivamente” claro e compreensível, mas justamente o que completa a nossa “clareza” com a sua inevitável “opacidade”. Um robô previamente programado pode ser “lido” e é operativamente decifrável. Um ser humano não. Sigamos.

*Como Zizek coloca: “A dimensão do Universal emerge, assim, quando as duas carências – a minha e a do Outro – se sobrepõem... O que nós e o Outro inacessível compartilhamos é o significante vazio que representa o X de ambas as posições”<sup>17</sup>. O universal é aquela brecha ou fissura em minha identidade que a abre a partir de dentro para o Outro, impedindo-me de me identificar completamente com qualquer contexto particular. Mas essa é a maneira de pertencer a um contexto, e não uma maneira de não ter um. Faz parte da condição humana estar “desconjuntado” com relação a qualquer situação específica. E a violenta ruptura que advém dessa conexão do universal a um*

---

<sup>16</sup>. Terry Eagleton, *A ideia de Cultura*, página 140.

<sup>17</sup>. Zizek, *The abyss of Freedom/Ages of the World*, Ann Arbor, 1997, pgs. 50 e 51. Citado por Terry Eagleton.

*conteúdo particular, é o que conhecemos como o sujeito humano. Os seres humanos se movem na conjunção do concreto com o universal, do corpo e do meio simbólico: mas esse não é um lugar onde alguém possa se sentir alegremente em casa*<sup>18</sup>.

No encontro entre duas pessoas o que de uma para a outra pode “passar”, nunca é, de parte a parte, alguma espécie algo objetivamente claro e compreensível. Na verdade, talvez pouca coisa o seja. De tudo o que somos ou pensamos ser, existem áreas de nós mesmos que são abertas, claras e compreensíveis para nós e para os nossos outros. Existem aquelas que são claras e conscientes para nós, mas não o são para os outros.

Pois tanto para um estranho com quem cruzamos a rua, quanto para o amigo com quem repartimos mesas de bares e confidências, existem em-nós e entre-nós teias e trilhas interiores “inconfidentes” e nunca, ou nem sempre às outras pessoas reveladas. É impossível viver e partilhar a vida sem proteger áreas pessoais de segredo. E quem diz que “a minha vida é um livro aberto” está escondendo de si mesmo e dos outros muitas páginas. Ora, existem ainda esferas de nós-mesmos que são opacas ou mesmo desconhecidas para eu-mesmo, mas que podem ser claras e reveladas aos nossos-outros. E alguns sustos na vida nós vivemos quando algo do “quem eu sou e não sabia ser” me é revelado por um alguém que eu mal acabei de conhecer. Finalmente, reconhecemos que algumas esferas de nós-mesmos nos são opacas ou desconhecidas. E é através desta tão real e estranha conjunção de planos de luz, meia luz e escuridão, que imaginamos saber sobre nós-mesmos e dos outros com quem interagimos... na cama, na mesa ou em alguma investigação.

E aquilo a que damos o vago e sempre impreciso nome de “cultura”, e que em diversas medidas conforma tanto a interioridade do que chamamos “minha pessoa e minha identidade”, quanto as pautas e os padrões do que chamamos “o nosso modo de vida”, existe, funciona, permanece e se transforma exatamente porque é mais um fluxo entre-nós do que uma permanência nossa e para-nós. Assim sendo, é bem uma móvel superfície porosa e não fixada de fluxos do que clamamos “uma vida social”, do que um chão fixo e estável.

As sociedades e as culturas que aqui e ali investigamos, ao buscarmos mergulhar em sua vida cotidiana, ou convivendo e entrevistando alguns de seus escolhidos atores-autores, existem mais em entre ou em não-lugares, em entre territórios de entre-fronteiras, do que em espaços e cenários sociais fixos e

---

<sup>18</sup>. Terry Eagleton, op. Cit. Pg. 140.

previsíveis. Não são apenas os seus mapas que nos são imprecisos. Elas próprias se mapeiam entre lacunas e desconhecimentos. Nunca inteiramente idênticas a ela mesma, os seus sujeitos partilham diferenciadamente uma cultura que habitam tanto em nome do que individual e coletivamente sabem dela e sobre ela, quanto a partir do que coletiva ou individualmente ignoram. E o que sabiamente ignoram é tanto o chão da vida que vivem quanto o que sabem, ou imaginam saber. Tanto eles quanto nós.

Nós nos falamos em nossa língua materna com acertada fluidez, em muitas e diferentes situações de nosso dia-a-dia. E uma pessoa que se julgue bastante educada-e-instruída ignora provavelmente a metade ou mais das palavras escritas em um bom dicionário de sua língua. Nós nos movemos razoavelmente bem entre as ruas de uma cidade, como o meu Rio de Janeiro. Mas, quantas ruas dela conhecemos de fato? Provavelmente uma extrema minoria. E assim acontece, e com mais motivos, com a cultura de que somos uma fração viva, movente e efêmera.

Assim, muitas vezes viver uma investigação científica num plano que envolve pessoas-coletividades-culturas, é como uma conversa entre um francês e um brasileiro. E longa e difícil uma conversa que depois de vivida e pensada é escrita pelo francês em alemão.

E se boa parte do que pensamos serem “dados de pesquisa” nos parece pobre e incompleto, não é porque não logramos capturar desde “o outro lado” tudo o que “eles sabem”. É porque eles mesmo sabem, de tudo o que existe neles e ao seu redor, muito menos do que eles e nós imaginamos. A mesma coisa que acontece entre duas pessoas que se encontram em poltronas lado a lado de um ônibus destinado a uma longa viagem, e que durante boa parte dela se descobrem e conversam, acontece também em uma longa e bem formulada pesquisa de campo. Entre pessoas que se encontram existem “zonas de conhecimento partilhado”. Existem zonas de desconhecimento de uma para a outra. E existem zonas de desconhecimento em e para cada pessoa que pensa conhecer de si mesma e do mundo em que vive sempre muito menos do que em verdade conhece.

E toda esta misteriosa reflexão a respeito dos limites do que conhecemos e introcamos como conhecimentos em uma encontro entre pessoas chamado “uma pesquisa” torna-se ainda mais intrigante quando entre nós próprios descobrimos que mesmo quando pretendemos decifrar o essencial de uma sociedade ou cultura, compartimos planos de motivos e interesses que geram entre nós-mesmos esferas de claridade, opacidade ou escuridão a respeito do mundo-deles. Trago um exemplo.

Certa feita fui procurado por um grupo de estudantes de minha universidade. Eles não eram das “ciências sociais”, mas do Departamento de Artes Cênicas”. Faziam parte de uma das equipes que estudavam juntas “teatro antropológico” e se preparavam para um trabalho de campo a partir do qual iriam escrever um “trabalho final” de seu curso. Eram uma duas moças e uns dois rapazes. Haviam escolhido investigar um grupo indígena do Acre. E como a pesquisa proposta “tinha a ver com a antropologia”, por indicação do seu professor vieram conversar comigo. E conversamos longamente. E aos poucos fui descobrindo que partindo de um “chão” comum de perguntas e olhares, o que elas pretendiam “captar daquela gente e daquela cultura” estava quase sempre aquém e além do que a mim parecia ser o essencial em uma “pesquisa etnográfica”.

Assim sendo, eles queriam investigar “os mitos da tribo”. Mas vindas do teatro antropológico e não da antropologia cultural, não interessava a elas tanto a narrativa de um mito, seu conteúdo e o fluxo verbal de sua trama de eventos. O que elas queriam ver e capturar era a cena dramática em cujo acontecer o mito era narrado. Como as pessoas se distribuía para ouvir o que se narrava. Como era e como atuava cenicamente (mais do que apenas agia) o narrador. Ele ficava de pé ou sentado. Gesticulava ou não? Como fazia com as mãos? Como olhava as pessoas que o ouviam. Como expressava com as mãos, o olhar, os gestos possíveis de seu corpo, enquanto narrava o que dizia? Com que entonações e jogos expressivos da face ele contava cada passagem? Em síntese, a pequena equipe e eu começamos a nos entender quando descobrimos que tudo o que era essencial para mim era secundário para ele. E tudo o que eles era essencial, era secundário para mim. Diante das mesmas pessoas, partilhando um mesmo cenário e compartilhando uma mesma cena, víamos, ouvíamos e atentávamos para dimensões do “vivido e pensado ali” ora convergentes, ora distantes, ora divergentes. Seria bastante instrutivo ler lado a lado os “cadernos de campo” e os meus, se porventura eu tivesse ido ao Acre com eles.

Ora, tudo o que escrevo aqui procura recobrar uma dimensão bastante mais densa que envolve qualquer atividade de partilha do “criar saberes através da pesquisa”. Tomando o exemplo de minhas pesquisas de campo e também a da maioria das pessoas com quem convivo um mesmo desafio e os seus dilemas, constato que na maior parte dos casos quase sempre as nossas investigações nos levam a sair do círculo dos “nossos” e nos obrigam a frequentar por momentos longos ou breves, alguma dimensão do mundo “deles”. E esses “eles” são quase sempre os outros que conhecemos, com quem podemos possuir alguns vínculos entre a profissão e a vocação, mas pessoas e comunidades de pessoas com quem não convivemos e não compartilhamos as nossas vidas, embora estejamos desejosos

de partilhar os nossos destinos. Eles são os nossos-outros: os pobres, os postos à margem, os excluídos daquilo que consideramos o direito humano a uma vida digna e feliz. São pessoas e são povos criadores e habitantes de outras culturas, como um bairro de periferia de São Paulo, uma favela do Rio de Janeiro, uma comunidade camponesa do Semiárido em Pernambuco, um quilombo do Norte de Minas Gerais, ou uma aldeia indígena do Mato Grosso.

Bem mais do que uma apressada notícia, uma “coleta” ou uma “enquete”, uma sensível e pessoalizada pesquisa social mergulha não apenas em dados e fatos objetivos, mas em vidas e em dramas. De algum modo podemos imaginar que boa parte do que ela é, e boa parte do que vivemos e realizamos ao praticá-la, ela tem a ver com a maneira como aprendemos a lidar com o dilema das disjunções entre nós-e-eles. E aqui podemos reconhecer uma diferença relevante entre duas vocações de pesquisa.

Quando investigamos o “nosso mundo”, como quando uma estudante de pedagogia pesquisa visões de vida e previsões de um futuro profissional entre estudantes de pedagogia, ela se move em seu próprio mundo. Move-se entre pessoas tão próximas que ela terá que se armar de aparatos de “objetividade-e-neutralidade” para evitar que a proximidade vivencial não contamine um estudo que obriga a uma distância para tornar-se “objetivamente confiável”.

Quando, ao contrário, saímos de nossos círculos próximos de vida e de cultura, e “vamos até eles”, algo diferente e quase oposto acontece. Mesmo quando são pessoas e grupos humanos que habitam o nosso País, e mesmo o nosso Estado, falem a nossa língua e possam até mesmo torcer pelo mesmo time de futebol que é o nosso, elas e eles estão mergulhados em modos de vida e em culturas que em vários aspectos essenciais são diferentes dos nossos. Posso frequentar a mesma igreja que o camponês que entrevisto, e nas últimas eleições votamos no mesmo candidato a presidente da república. Mas da madrugada à noite o trabalho que praticamos e a vida cotidiana a que ele nos obriga são tão diferentes que talvez ele mais se aproxime de um indígena de uma tribo de agricultores-coletores do que de um professor de universidade.

Como seres humanos de um mundo próximo partilhamos muito do quem somos. Mas a sua vida não é a minha e os seus sofrimentos e as suas lutas também não são os meus e as minhas. Posso fazer de seu sofrimento a minha causa, e de sua luta o meu compromisso-com-o-Outro. E eu me alio a eles em nome de causas e ações sociais comuns, mas inevitavelmente vividas de-um-lado-e-do-outro do que ao mesmo tempo nos separa e aproxima. Podemos construir uma ponte entre as duas margens de um mesmo rio. Mas se a construimos é porque sabemos que vivemos em uma delas e, eles, na outra. E bem sabemos

que singularmente comprometidos um com o outro, ele vive “isto” desde a sua condição e sua vocação e eu, desde as minhas.

Retornemos alguns passos. Em algumas situações e com fundamentos fundados muitas vezes em boas ideias intensões, a investigação científica pode pensar-se como algo que mesmo quando vivido entre pessoas é apenas uma seqüência prevista e rigorosa de atos técnicos, conduzidos por uma teoria sobre algo, e levada com critério e rigor a um teste empírico.

De algum tempo para cá, presenciamos o surgimento e a multiplicação de alternativas de investigação científica que são *qualitativas*, devido ao teor e o valor dos dados, e são *interativas*, devido à qualidade da relação que gera os dados. E elas desejam ser francamente *intersubjetivas*, devido às reciprocidades entre pessoas-sujeitos colocadas face-e-face em relação. E assim começamos a aprender que a pesquisa não é uma *experiência*, a não ser quando muito redutiva e muito objetivamente experimental. Ela é, antes de tudo, o *acontecimento* de um *encontro*.

Vou investigar algo junto a alguém. Tenho uma teoria (um ponto de partida); possuo um objetivo (um ponto de chegada); estabeleço um método (um caminho entre uma coisa e a outra). E como “tudo isto me trouxe “aqui”, eu agora “estou aqui”, e estou diante de alguém. Diante de um outro que cria comigo um nós, um entre-nós. Diante dele estou “aqui, e nos vemos situados de um lado e do outro de meus propósitos, do meu tempo disponível, de minhas perguntas, de meu roteiro de entrevistas, de meu questionário, de meu gravador, de minha máquina de fotografias, de minha filmadora. Vivemos um encontro que na diferença entre as investigações científicas tradicionais e as diferentes pesquisas com diversas vocações de envolvimento, compromisso, participação, aspira pluralizar pronomes e coletivizar intensões, sonhando (ou não) e tornar o “meu”, um “nosso”.

Por um momento, regido pelo dever de elaborar ou construir algo produtivo com “isso tudo”, eu me iludo ao pensar que o *acontecimento* da pesquisa começa quando eu sair “daqui de onde estou agora”. Quando, concluída a minha investigação eu ordeno e guardo os meus “dados e fatos da pesquisa” e retorno ao meu mundo. Quando longe dos outros a quem eu lancei as minhas perguntas, entrevistei, gravei e fotografei e me despedi, eu retorno a um lugar de origem e trabalho os meus dados (a alquimia antes da mágica) e, depois, escrevo o meu texto (a mágica depois da alquimia).

Mas não é assim. Ou não deveria ser assim. Pois a verdade pode estar um tanto longe, ou mesmo no exato oposto de “tudo isto”. Antes e depois, quando estou de novo sozinho e estudo, planejo, revejo, ordeno e escrevo, talvez esteja então vivendo a seqüência prevista dos momentos da pesquisa como uma



*experiência*. Mas diante de um Outro, quem quer que ele seja, eu só posso estar vivendo um *acontecimento*. Aqui e agora a minha pesquisa é, por um momento que seja... *nossa*. E por ser uma forma de reciprocidade entre nós dois, entre você e eu, nela e através dela acontece um *encontro*.

Tudo mais antecede ou sucede este momento único em que duas pessoas se olham, se falam, se sentem e se pensam. E, diante uma da outra, pessoas em relação imaginam que se entendem, intertrocando entre elas gestos do rosto, do corpo e do espírito. E de um lado e do outro do que nem por ser assim deixa de ser uma investigação viável e confiável, elas (nós) reciprocamente intertrocam (intertrocamos) os seus (nossos) seres, sentidos, sensibilidades, saberes e significados, entre palavras e silêncios. Isto que à vezes reduzimos à categoria de “dados”.

Na trilha deste pensamento, toda a pesquisa que envolve de um lado uma pessoa e, do outro, não uma pedra ou um animal, mas uma outra pessoa, enfrenta o dilema de poder transformar um *encontro* em uma *experiência*, ao invés de transformar uma *experiência* em *encontro*, e um *encontro* em uma *relação*.

Entre duas pessoas que não se querem se encontrar como personagens de cenas escritas por outros, para eles se representarem um diante do outro, o único *encontro* realmente humano em sua plenitude é a *relação*. É a interação entre dois seres em que, nas felizes situações extremas, o Outro não possui utilidade alguma para mim, na mesma medida em que em nada sou útil ou proveitoso para ele, a não ser na condição de sermos, em nós-mesmos e um-para-o-outro, apenas a pessoa que somos. E ainda os autores-atores do que entre-nós fazemos interagir diante de um “outro a meu lado”.

Em termos absolutos, o oposto da *relação* em uma situação de *encontro* entre pessoas, não é propriamente o domínio ou a coação, mas a *experiência*. Pois nela eu deixo de me relacionar livre e intersubjetivamente com um Outro, de algum modo colocado diante de mim, quando eu o experimento; quando o experiencio. Quando eu o testo – e a mim mesmo - para saber, segundo os meus interesses, qual o teor de utilidade dele para comigo. Mesmo que este proveito próprio seja posteriormente estendido também a ele.

Não é apenas porque o domino, e por um momento defino o seu destino, que eu o transformo em um objeto-para-mim, ao invés de conviver com ele como um sujeito-entre-nós, em uma interação intersubjetiva com o desenho e a vocação de criar uma relação entre dois sujeitos livres um para o outro. Eu lido com um sujeito tornado para mim um meu-objeto quando de algum modo estabeleço como fundamento de nosso encontro para meu proveito uma utilidade dele e através dele.

Toda a pesquisa envolve uma ou mais experiências, pois o que justifica a pesquisa é o seu proveito, e é o teor demonstrável de sua utilidade. Boa parte do que escrevemos em um projeto de pesquisa destina-se a demonstrar que partimos de ideias plausíveis, confiáveis e, se possível, inovadoras em alguma medida. Outra parte destina-se a demonstrar que não apenas partimos de “boas ideias”, mas estamos preparados para realizá-las como alguma forma de prática, através de uma também confiável metodologia. E uma outra parte destina-se a demonstrar que, além de tudo (ou no começo de tudo), o que pretendemos realizar, construir ou descobrir é também útil. A importância crescente que os órgãos de fomento à pesquisa e os seus avaliadores têm atribuído à “aplicabilidade” e à “utilidade” de uma pesquisa ajuda a tornar evidente o domínio do valor instrumental sobre qualquer outra coisa. E bem sabemos que por baixo do pano, uma fração não desprezível de toda a investigação científica de nosso tempo é dirigida – muitas vezes às ocultas – mais produção de agrotóxicos e armas do que à criação de reais benefícios para pessoas, comunidades humanas e o próprio Planeta Terra.

Assim, de um modo ou de outros, toda a investigação social de origem acadêmica aspira a ser útil. E mesmo a “pesquisa pura” em alguma medida sonha ser também “aplicada”. Toda a investigação científica deveria servir a algo; deve ser útil. Deveria tornar-se objeto de proveito da ciência, ou de uma ciência; de uma teoria científica (com ou contra as outras); de uma escola ou confraria de cientistas; de um par de pessoas chamado eu-e-meu-orientador; de mim mesmo, quando através dela aumento o meu saber, melhora a qualidade de minhas aulas, ou sou promovido de “mestre” a “doutor”.

Em suas diferentes vocações, investigações científicas aspiram servir a uma fábrica de remédios, a uma empresa multinacional interessada em proliferação de armas químicas para a agricultura; a uma multinacional fabricante de armas de guerra; a uma organização não-governamental devotada a causas ambientalistas; a uma comunidade de pescadores artesanais; à criação de uma nova educação; a um movimento popular, a um povo indígena ameaçado pelo agronegócio, à criação de alternativas viáveis de economia solidária ou de agricultura orgânica. Normalmente estes e outros destinatários dos proveitos e das utilidades das pesquisas, das tecnologias e das ciências que as abrigam e originam, ora se excluem, ora se contrapõem, ora se somam.

Sabemos que a progressiva passagem nas ciências humanas e sociais do domínio das abordagens e estilos mais impessoais, objetivos e quantitativos em direção aos mais interativos, intersubjetivos e qualitativos, tem a ver não apenas com questões puramente teóricas e metodológicas.

Por debaixo de qualquer vocação de pesquisa existe uma questão que é propriamente ética e, mais do que apenas ética, é humanamente afetiva e afetivamente relacional. E, por ser uma questão que envolve não apenas pessoas em suas individualidades, mas grupos humanos, comunidades, sociedades, povos e nações, ele tende a ser também uma ação de vocação política. Dentre todos os planos em que se resolve entre eus projetos e processo uma pesquisa científica, quero pensar aqui o da relação entre pessoas. E quero defender uma posição que eu mesmo julgo em alguns momentos ser extrema e provavelmente impraticável em sua inteireza. Mas talvez por isto mesmo valha a pena pensa-la e, se possível, coloca-la em prática. Seu ponto mais fronteiro entre o viável e o possível, em termos do que quero chamar aqui uma *humanização personalizante da pesquisa*, é o que estarei denominando de *investigação entre-nós*.

Penso em modalidades de pesquisa motivadamente vividas como um encontro interativo, dado que elas acontecem entre duas ou mais pessoas; e intersubjetivo, pois elas se realizam através de pessoas que se colocam, uma para a outra, como sujeitos de si-mesmos, de suas vidas, de suas ideias, e de seus destinos. E m seu acontecer, o que aqui e ali se disfarça de ser apenas metodologicamente “qualitativa” devolve, em seu ponto extremo, a mim e a você uma compartilhada confiança em nós. Ou, melhor, no entre-nós que criamos através de nosso encontro. Ou, melhor ainda. Em nome daquilo que partilhadamente criamos desde o eu vivemos... entre-nós.

Em uma “pesquisa qualitativa” levada ao seu ponto extremo - ou à “terceira margem” de seu rio - já não são mais alguns instrumentos neutros e objetivos de uma experiência mensurável o que se interpõe entre nós. É agora a substância de nós-mesmo, e são os nossos atributos de ser, de viver, de sentir e de pensar, aquilo que temos para vivermos a busca da *relação* que gera uma outra qualidade de sentidos, de saberes e de significados dentro e fora de uma “situação de pesquisa”.

Quando avaliamos porque toda a pesquisa realizada em território de saber e de sentido como a educação, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a ação social, tende a ser uma experiência limitada, e nos oferece apenas frações precárias e parciais de conhecimento sobre o que quer que seja - e este “qualquer” quase sempre é uma pessoa, ou são pessoas, famílias, grupos sociais, sistemas de saberes e de símbolos de vidas pessoais ou sociais - atribuímos a isto razões metodológicas, teóricas, lógicas e epistemológicas.

Elas nos ajudam a desvelar e compreender o teor de nossos próprios limites do pensar e do saber derivados do trabalho científico. E as crescentes novas

críticas provenientes dos precursores de paradigmas emergentes no campo das ciências e das práticas sociais tornam evidente a consciência de que estamos sempre às voltas com fragmentos de compreensões e de interpretações científicas, mais efêmeras e limitadas do que costumamos acreditar.

A menos que alguém seja muito prepotente ou fundamentalista o bastante para que apenas sejam reconhecidas como consistentes e fundamentadas as “minhas descobertas”, ou as da confraria do saber à qual eu aderi por algum ou muito tempo, todo o trabalho em busca não tanto de verdades únicas, mas de descobertas em diálogo, tende a partir do suposto de que tudo o que realizo vale – entre a ciência, a docência e a arte - como uma criação aberta a ser lida de diferentes maneiras e a ser compreendida desde diversas alternativas de interpretação. E, mais ainda, vale como algo que deve se colocar em todos os momentos em “estado de diálogo”. Pois bem mais do que conseguir adeptos e conquistar prosélitos, o que eu vivo, penso e escrevo deveria servir a me colocar em e entre círculos e circuitos de pessoas e de comunidades de pensamento e ação cujo sentido e valor estão bem mais no encontro entre nossas convergências, diferenças e divergências, do que na monotonia de nossas pretensas certezas e “verdades”.

Ora, podemos agregar a todas as explicações propriamente científicas a respeito de nossas próprias falhas e lacunas uma outra compreensão. E por ela ser justamente a menos científica, poderia ser mais explicativa aqui. Tenho procurado desenvolver a ideia de que em tudo o que praticamos como uma investigação científica não logramos apreender mais do que frações parcelares a respeito das pessoas, dos grupos humanos, das comunidades ou das culturas que estudamos. Vimos já que em boa parte isto se deve ao fato de que o âmbito em que elas se movem é sempre muito mais amplo do que o círculo de compreensões de nossos modelos e sistemas de explicação.

Nunca abarcamos mais do que alguma parte da casca que envolve a realidade do ser, do viver, do sentir, do lembrar, do pensar e do agir de uma pessoa, porque, para além das barreiras relativas a diversidade de lógicas entre pessoas e cultura, o fato é que quase nunca conseguimos nos relacionar com os “sujeitos de pesquisa” como pessoas. Na verdade estamos diante de alguém a quem estendemos apenas o interesse de “nosso saber pelo saber dele”. Um alguém a quem, por mais respeitosos e afetivos que sejamos, de algum modo é sempre utilitária e funcionalmente que nos colocamos diante de um “fornecedor” de dados, fatos e narrativas, objetivado por nós em nome de nossos proveitos e interesses. Mesmo quando em um segundo momento “aquilo que eu sei sobre ele se volte a ele-mesmo” de alguma forma.

E além de ele – como sujeito individual ou coletivo – não saber por si-mesmo tudo o que desejamos que ele saiba... para nós sabermos através dele, o que encontramos diante de nós é um alguém de um modo ou de outro envolvido, com as suas boas razões, em uma posição de defesa diante de nós. Se você reluta em abrir-se a uma pessoa que se aproxima de você com perguntas em nome de alguns propósitos que são bem mais dela do que seus, imagine como deveria estar e se sentir diante de você uma pessoa de uma outra cultura, de uma outra sociedade, de uma outra classe social, etc. que deverá “abrir-se” a você para narrar-se, e ao seu mundo, sem saber qual o sentido de origem e qual o destino de realização do que ela estará vivendo diante de você.

Por diversas razões epistemológicas, relacionais, afetivas, culturais, aquela pessoa que eu investigo não pode me ofertar mais do que a sua pálida e fracionada face de “objeto” a respeito de tudo o que eu pergunto a ela. Recordo que em antropologia costumamos dizer que um “informante” nos oferece narrativas de narrativas... de narrativas. Algo que em meu trabalho de leitura crítica, de transliteração e de transcrição eu transformo em uma outra qualidade de narrativa entre narrativas.

Todo o acontecer de uma *experiência* sujeito-objeto que não alcança ser ou que se nega a ser uma *relação* entre subjetividades, apenas pode revelar através de uma pesquisa alguns fragmentos e exterioridades desigualmente vividos e pensados entre quem conduziu a investigação e quem foi convidado ou convocado a ser um seu interlocutor. Um informante.

Pois de uma *experiência* em que eu me aproprio de um outro segundo os moldes de meus projetos e proveitos, só posso obter uma esquiva e desconfiada imagem devolvida por um outro a mim mesmo. Uma imagem movida entre gestos e palavras. Um cifrado código de um consenso estabelecido entre silêncios entre nós, como um feixe de “dados de pesquisa”, que me cabe transformar, através da alquimia de meus sistemas de pensamento, em um “saber sobre o outro, que os meus pares devem compreender, e que aquele outro em um outro momento colocado diante de mim, não deverá acessar e compreender. Trago dele um relato-de-relatos, obtido sob a forma de fragmentos e exterioridades. Um “material” em que acabo vendo, e nele lendo a figura de meu próprio rosto no espelho que desde o “outro pesquisado” retorna a mim, para me dizer que “isso” é tudo o que resta de quem não soube ver e ver-se no espelho de dupla face diante da difícil transparência única do olhar de um Outro.

Eis o dilema: em sua dimensão mais assumidamente radical, entre Eu e um Outro, tudo se passa em termos de tudo ou nada. E não se trata apenas de perguntar, pragmática, política e eticamente, a quem se destina o proveito do

produto de uma pesquisa. Trata-se de perguntar, ética e afetivamente, como deve acontecer o momento humano único em que de um lado e do outro algumas pessoas vivem o a singular aventura de uma relação humana chamada “pesquisa”.

De alguns anos para cá crescem geometricamente as nossas inquietações e perguntas sobre este desafiador “encontro”. Boa parte do que dialogamos sobre ele tem a ver com o desafio de vivermos a criação de saberes confiáveis, proveitosos e solidários através de situações de prática de investigações que o tempo todo procurem equilibrar-se | entre a *experiência* necessária ao avanço do conhecimento científico, e a *relação* indispensável a torná-lo não apenas algo útil e confiável como um produto do saber, mas alguma coisa humanamente significativa e proveitosa, como uma criação do espírito humano e de sua capacidade – sempre precária, mas sempre aperfeiçoável - de compartilhar e partilhar tudo o que ele cria através da relação generosa e gratuita entre sujeitos lado a lado, mesmo quando em posições ora diferentes, ora desiguais. Uma ação de partilha da criação de saberes, em lugar de ser um apropriar-se e privatizar o que o uma outra pessoa cria e imperfeitamente me oferta através de experiências em que alguém precisa ser tornado um meu objeto, para que eu possa saber algo proveitoso (ou aproveitável) a seu respeito. No entanto, se chegamos até o ponto em que tais dilemas nos obrigam a novas perguntas, é porque certamente terá chegado o momento de partirmos em busca de novas respostas.

## ***Livros lidos, consultados e sugeridos***

BACHELARD, Gaston

***Filosofia do novo espírito científico – a filosofia do não***

1972, Editorial Presença, Lisboa

BACHELARD, Gaston

***A formação do espírito científico***

1996, Editora Contraponto, Rio de Janeiro

BACHELARD, Gaston

***O novo espírito científico***

1968, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro

BARBIER, René

***A pesquisa-ação***

2002, Editora Plano, Brasília

BONILLA, Víctor; Castillo, Gonzalo; FALS-BORDA, Orlando e LIBREROS Augusto

***Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação***

in: Brandão, Carlos Rodrigues

***Repensando a pesquisa participante***

1999, Editora Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e Fals Borda, Orlando

***Investigación Participativa***

Cetrullo, Ricardo (org)

1985, Instituto Del Hombre/Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.)

***Pesquisa Participante***

1981, Editora Brasiliense, São Paulo

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***Repensando a pesquisa participante***

1983, Editora Brasiliense, São Paulo

BROTTO, Fábio Otuzzi

***Jogos cooperativos – o jogo e esporte como um exercício de convivência***

2001, Editora Projeto Cooperação, Santos

BUBER, Martin

***Eu e Tu***

1985, Editora Centauro, São Paulo

BUBER, Martin,

***Do diálogo e do dialógico***

1982, Editora Perspectiva, São Paulo

BUBER, Martin

***Sobre a Comunidade***

1987, Editora Perspectiva, São Paulo

EAGLETON, Terry

***A ideia de Cultura***

2005, Editora da UNESP, São Paulo

FALS-BORDA, Orlando

***Ciencia própria y colonialismo intelectual – los nuevos rumbos***

1987, Carlos Valencia Editores, 1987

FALS-BORDA, Orlando e BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***Investigación participativa***

Ricardo Cetrullo (org)

1985, Instituto del Hombre/Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo

FREIRE, Paulo

***Criando métodos de pesquisa alternativa***

In: Brandão, Carlos Rodrigues (org)

***Pesquisa participante***

1981, Brasiliense, São Paulo

FREIRE, Paulo

***Pedagogia do Oprimido***

1974, Paz e Terra, Rio de Janeiro

GAJARDO, Marcela

***Pesquisa Participante na América Latina***

1982, Editora Brasiliense, São Paulo,

GABARRON, Luis Rodrigues e LANDA, Libertad Hernández

***Investigación participativa***

1984, Cuadernos Metodológicos 10, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid

JARÁ, Oscar

***Conocer la realidad para transformarla***

1991, ALFORJA, San José

JARA, Oscar

***Investigación participativa: una dimensión integrante de la educación popular,***

1990, ALFORJA, San José

LÉVINAS, Emmanuel

***Totalidade e infinito***

1988, Edições 70, Lisboa



LÉVINAS, Emmanuel

***Humanismo do outro homem***

1993, VOZES, Petrópolis

LÉVINAS, Emmanuel

***Entre nós, ensaios sobre a alteridade***

1997, VOZES, Petrópolis

LONDON, Jack

***Contos***

2009, 2ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo

MEJIA, Marco Raúl J. e MANJARRÉS, María Elena

***La investigación como estratégia pedagógica – uma proposta desde el sur***

2013, Ediciones Desde Abajo, Bogotá

REYNOSO, Carlos

***El Surgimiento de la antropología posmoderna***

1998, Editorial Gedisa, Barcelona

SANTOS, Boaventura de Souza

***Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social***

2007, Editorial Boitempo, São Paulo

SANTOS, Boaventura de Souza

***A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência***

2001, Cortez Editora, São Paulo

SATO, Michèle, JABER Michelle, SILVA, Regina, QUADROS, Imara e ALVES, Maria Liette  
(orgs)

***Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso – Brasil,***

2013, Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá

STRECK, Danilo e BRANDÃO, Carlos Rodrigues

***Pesquisa Participante – o saber da pesquisa***

2006, Editora Ideias e Letras, Aparecida

THIOLLENT, Michel

***Metodologia da pesquisa-ação***

2002, Editora Cortez, São Paulo

TORRES, Alfonso Carrillo

***Hacer historia desde abajo y desde el Sur***

2017 (1ª reimpressão), Ediciones Desde Abajo, Bogotá

VERAJANO, Gilberto M (org.)  
***La investigación participativa en América Latina***  
 1983, CREFAL, Pátzcuaro

ZIZEK, J  
***The abyss of Freedom/Ages of the World,***  
 1997, Ann Arbor



***Este escrito foi originalmente  
 um capítulo de livro  
 ou um artigo publicado ou utilizado  
 para aulas e palestras.  
 Nesta versão “nas nuvens”  
 ele pode ser livre  
 e gratuitamente acessado  
 para ser lido ou utilizado  
 de alguma outra maneira.  
 Livros e outros escritos meus  
 podem de igual maneira  
 ser acessados livremente em  
[www.apartilhadavida.com.br](http://www.apartilhadavida.com.br)  
 ou em  
[www.sitiodarosadosventos.com.br](http://www.sitiodarosadosventos.com.br)  
**LIVRO LIVRE*****